

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

ÁFRICA SUBSARIANA

Um novo choque e pouca margem
de manobra

ABR
2022



Estudos económicos e financeiros

Perspetivas Económicas Regionais

África Subsariana

Um novo choque e pouca margem de manobra

ABR 22

F U N D O M O N E T Á R I O I N T E R N A C I O N A L

©2022 Cataloging-in-Publication Data
Edição em português ©2022 Fundo Monetário Internacional
IMF Library

Names: International Monetary Fund, publisher.

Title: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : a new shock and little room to maneuver.

Other titles: Sub-Saharan Africa : a new shock and little room to maneuver. | World economic and financial surveys.

Description: Washington, DC : International Monetary Fund, 2022. | World economic and financial surveys. | Apr. 2022. | Includes bibliographical references.

Identifiers: ISBN 9798400208294 (English Paper)

9798400208430 (ePub)

9798400208454 (Web PDF)

9798400208584 (Portuguese Paper)

9798400208607 (Portuguese ePub)

9798400208638 (Portuguese Web PDF)

Subjects: LCSH: Africa, Sub-Saharan -- Economic conditions. | Economic forecasting -- Africa, Sub-Saharan. | Economic development -- Africa, Sub-Saharan. | Africa, Sub-Saharan -- Economic policy.

Classification: LCC HC800.R445 2022

O relatório *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, em abril e em outubro, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services

P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (USA)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

Email: publications@imf.org

www.imf.org

www.elibrary.imf.org

Todas as edições de *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* podem ser acedidas em:

<https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA>



Índice

Agradecimentos	v
Sumário executivo	vi
Um novo choque e pouca margem de manobra	1
Mais um choque	1
Uma recuperação económica incerta e insuficiente	4
Os riscos pendem para o sentido descendente	7
Escolhas complexas com menos opções	8
Depois da crise: reforçar a resiliência e aumentar o crescimento potencial será fundamental	17
Referências	28
Apêndice estatístico	29

Caixas

Foco especial: repercussões da guerra na Ucrânia	2
Caixa 1. Um ano depois: a campanha de vacinação na África Subsaariana	21
Caixa 2. Vulnerabilidade da África Subsaariana a choques externos	22
Caixa 3. Consequências económicas dos conflitos na África Subsaariana	24
Caixa 4. Moedas digitais de bancos centrais na África Subsaariana	26

Gráficos

Gráfico 1. Preços das matérias-primas, 2005–22	1
Gráfico 2. África Subsaariana: Rentabilidades das dívidas soberanas, 2019–22	1
Gráfico 3. África Subsaariana: Casos e mortes por Covid-19	3
Gráfico 4. Economias selecionadas: Pessoas com vacinação completa	3
Gráfico 5. África Subsaariana: Golpes, 1990–2022	4
Gráfico 6. África Subsaariana: Crescimento do PIB real	4
Gráfico 7. África Subsaariana: Revisões ao crescimento do PIB real de 2021 e 2022	5
Gráfico 8. África Subsaariana: Revisões às projeções orçamentais de 2022	5
Gráfico 9. Regiões selecionadas: PIB real <i>per capita</i> , 2019–26	6
Gráfico 10. África Subsaariana: Divergência de capital humano	7
Gráfico 11. Regiões selecionadas: Catástrofes extremas desde 1990	8
Gráfico 12. África Subsaariana: Taxas médias de inflação, 2005–22	8
Gráfico 13. África Subsaariana: Inflação mediana do IPC	9
Gráfico 14. África Subsaariana: Inflação do IPC	9
Gráfico 15. África Subsaariana: Perda de produto e inflação	10
Gráfico 16. África Subsaariana: Composição da dívida pública, 2010 e 2020	10

Gráfico 17. África Subsariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento elegíveis ao PRGT, 2015–21	11
Gráfico 18. África Subsariana: Detenções de dívida pública pelos bancos, 2015–21	11
Gráfico 19. África Subsariana: Serviço da dívida externa, 2010–21	11
Gráfico 20. África Subsariana: Receitas fiscais, 2018–25	12
Gráfico 21. África Subsariana: Taxas de câmbio, 2019–22	14
Gráfico 22. África Subsariana: Reservas internacionais, 2021	15
Gráfico 23. África Subsariana: Regime cambial, 1980–2018	15
Gráfico 24. Países selecionados: Sobreavaliação da taxa de câmbio, 2017–20	16
Gráfico 25. África Subsariana: Exportações e receitas fiscais das matérias-primas	17
Gráfico 26. África Subsariana: PIB real <i>per capita</i> , 2010–26	17
Gráfico 27. Regiões selecionadas: Parcela dos projetos de infraestruturas que recebe apoio do governo	19

Quadros do apêndice estatístico

AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média	32
AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	33
AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	34
AE4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	35

Agradecimentos

A edição de abril de 2022 do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi preparada por uma equipa liderada por Peter Kovacs sob a supervisão de Papa N'Diaye, Catherine Pattillo e Damiano Sandri.

A equipa foi composta por Hany Abdel-Latif, Aqib Aslam, Marijn Bolhuis, Habtamu Fuje, Cleary Haines, Shushanik Hakobyan, Franck Ouattara, Saad Quayyum, Henry Rawlings, Ivanova Reyes e Andrew Tiffin.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Erick Trejo Guevara.

A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2019–20 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2006).
- “Bilião” significa um milhão de milhões.
- “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base equivalem a um quarto de 1 ponto percentual).

Sumário executivo

Uma região já pressionada enfrenta um novo choque...

A recuperação económica na África Subsariana surpreendeu em alta no segundo semestre de 2021, o que levou a uma revisão significativa em sentido ascendente do crescimento estimado no ano passado, de 3,7% para 4,5%. No entanto, este ano, estes progressos foram comprometidos.

A invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou um choque económico mundial que está a atingir a região numa altura em que o espaço de política dos países para dar resposta é mínimo ou inexistente. Em especial, a subida dos preços do petróleo e dos produtos alimentares está a afetar os saldos externo e orçamental dos países importadores de matérias-primas e aumentou as preocupações em matéria de segurança alimentar em muitos países. Os elevados preços dos produtos alimentares prejudicarão desproporcionadamente os segmentos mais vulneráveis da população, especialmente nas áreas urbanas.

Além disso, o choque ameaça agravar alguns dos desafios de política mais prementes da região, incluindo o legado social e económico da pandemia de Covid-19, as alterações climáticas, o aumento dos riscos de segurança na região do Sahel e a maior restritividade da política monetária nos Estados Unidos.

Por este motivo, o dinamismo de crescimento da região perdeu força. A atividade económica deverá crescer 3,8% este ano, limitada por perspectivas de crescimento mais fracas nos países importadores de petróleo.

A recuperação económica deverá acelerar em 2023, com uma tendência de crescimento de cerca de 4% no médio prazo. Mas este ritmo de crescimento não será suficiente para compensar as perdas decorrentes da pandemia e dificulta consideravelmente mais a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da região. A pandemia também deixou marcas sociais profundas, ilustradas de forma flagrante pelo aumento do número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema. O encerramento prolongado das escolas envolveu igualmente custos elevados para os estudantes, limitando a sua aprendizagem, comprometendo a sua produtividade ao longo da vida e prejudicando as perspectivas de médio prazo da África Subsariana.

... e perspectivas mais incertas.

Numa análise prospetiva, os decisores políticos terão de navegar por uma incerteza excecional com menos opções de política e pouca margem para erros. A nível internacional, uma guerra prolongada na Ucrânia pode agravar ainda mais os preços das matérias-primas – conduzindo potencialmente a crises alimentares em alguns países –, impulsionar os prémios de risco e enfraquecer a procura mundial. A África Subsariana está também vulnerável a uma maior restritividade das condições monetárias mundiais do que o previsto e a um abrandamento do crescimento na China e na Europa. A nível local, a campanha de vacinação lenta deixou muitos países vulneráveis a novas vagas de Covid-19, o que poderá favorecer o surgimento de novas variantes. Os atuais riscos de segurança e os conflitos podem afetar o crescimento económico. E a região continua altamente exposta a choques cada vez mais frequentes – e mais graves – relacionados com o clima.

Três prioridades imediatas para uma perspetiva de política limitada e cada vez mais complexa

Para além da aceleração da campanha de vacinação para proteger a região de novas vagas de Covid-19, os decisores políticos enfrentam três prioridades de política.

I. Encontrar o equilíbrio entre a inflação e o crescimento. O aumento dos preços das matérias-primas devido à guerra na Ucrânia, em especial dos produtos alimentares e energéticos, agravou as recentes pressões inflacionistas em muitos países. Uma vez que os níveis do produto permanecem muito abaixo das tendências anteriores à pandemia na maioria dos países, os bancos centrais enfrentam um difícil equilíbrio entre a contenção da inflação e o apoio ao crescimento. Para fazer face a este dilema, os bancos centrais terão de acompanhar atentamente a evolução dos preços, estar preparados para aumentar as taxas de juro se as expectativas de inflação começarem a subir, proteger-se contra os riscos para a estabilidade financeira impostos por taxas de juro mais elevadas e manter um quadro de política credível, assente numa forte independência do banco central e numa comunicação clara. Alguns já começaram a aumentar as taxas de juro e, em muitos casos, poderá ser necessária uma maior restritividade.

II. Fazer face ao impacto económico da guerra na Ucrânia sem aumentar as vulnerabilidades da dívida.

As consequências da guerra na Ucrânia estão a afetar a região num momento em que o espaço orçamental é extremamente limitado. Os rácios da dívida pública situam-se atualmente nos seus níveis mais elevados desde o início do século, e muitos países de baixos rendimentos estão em situação de sobre-endividamento ou próximo dela. Por conseguinte, a resposta em matéria de política orçamental deve ser cuidadosamente calibrada e orientada para proteger as famílias mais vulneráveis da subida dos preços dos produtos alimentares e energéticos sem aumentar as vulnerabilidades da dívida.

Nos países importadores de matérias-primas, especialmente os que enfrentam restrições orçamentais mais rigorosas, encontrar recursos para proteger as pessoas vulneráveis exigirá uma redefinição significativa das prioridades da despesa, eliminando, por exemplo, o desperdício de subsídios concedidos às empresas públicas. Nos países exportadores de matérias-primas, os preços mais elevados desses produtos podem gerar um volume considerável de receitas orçamentais inesperadas, mas apenas se os governos contiverem as despesas com subsídios à energia. A maior parte destes ganhos deve, por sua vez, ser utilizada para reconstituir as margens de manobra das políticas, em especial nos países com elevadas vulnerabilidades orçamentais.

Para além das necessidades imediatas, a maioria dos países terá de dar continuidade à consolidação orçamental para reduzir as vulnerabilidades da dívida e lançar as bases para um crescimento de médio prazo mais forte e sustentável. Para tal será necessário melhorar a mobilização das receitas e aumentar a eficiência da despesa pública no contexto de quadros orçamentais de médio prazo credíveis. Importa salientar que as medidas de consolidação orçamental devem proteger os segmentos mais frágeis da população e dar prioridade às necessidades de desenvolvimento.

A navegação nesta via complexa será difícil e muitos países necessitarão de apoio internacional. A alocação de USD 23 mil milhões de direitos de saque especiais (DSE) do FMI em 2021 à região contribuiu de forma decisiva para reforçar as posições externas e financiar as despesas urgentes durante a pandemia. Outro passo importante é o compromisso do Grupo dos Vinte de canalizar USD 100 mil milhões em DSE para países vulneráveis. No entanto, a comunidade internacional deve ir mais longe eliminando, por exemplo, os obstáculos à aplicação do Quadro Comum e permitindo, sempre que necessário, reestruturações rápidas e eficientes da dívida.

III. Gerir o ajustamento das taxas de câmbio. A maior restituidade monetária nos Estados Unidos e o aumento dos prémios de risco associados à guerra na Ucrânia exerceram pressões em sentido descendente sobre as taxas de câmbio em toda a região. Nos países com regime de paridade fixa, as autoridades devem encontrar o justo equilíbrio entre a política monetária e orçamental para manter a credibilidade da paridade cambial. Nos países com regimes mais flexíveis, a depreciação pode ajudar a atenuar os efeitos de uma maior restituidade a nível mundial. No entanto, mesmo no caso destes últimos países, poderá ser necessário tomar decisões difíceis. Para muitos, existem limites claros para os benefícios da depreciação da taxa de câmbio no curto prazo, tendo em conta os consideráveis desfasamentos cambiais e a repercussão na inflação. Uma utilização específica da intervenção cambial pode ajudar a evitar movimentos cambiais excessivos, mas o âmbito de intervenção é muitas vezes limitado pelos baixos níveis de reservas internacionais. Por conseguinte, a restituidade monetária poderá ser necessária em alguns países para apoiar as taxas de câmbio, mesmo perante a fraca atividade económica.

Depois da crise: rumo a um crescimento forte, inclusivo e sustentável

Para além da pandemia e das atuais tensões geopolíticas, a criação de emprego e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável exigirão um crescimento forte, inclusivo e sustentável na África Subariana. Para o efeito, são necessárias medidas de política decisivas para reforçar a diversificação económica, libertar o potencial do setor privado e dar resposta aos desafios colocados pelas alterações climáticas.

Muitos países da região permanecem altamente dependentes das exportações de matérias-primas, registando, conseqüentemente, um produto mais volátil e um menor crescimento económico. Por conseguinte, é essencial uma maior diversificação económica. Para o efeito, os exportadores de matérias-primas devem tirar partido da subida dos preços das matérias-primas para reforçar a credibilidade dos seus quadros macroeconómicos, melhorar o clima de investimento e ponderar a utilização de intervenções setoriais específicas em caso de falha do mercado.

Aumentar o crescimento potencial exige igualmente a mobilização de todo o potencial do setor privado. Por exemplo, uma implementação bem-sucedida da Zona de Comércio Livre Continental Africana impulsionaria consideravelmente o crescimento e a competitividade regionais. As autoridades públicas devem também

explorar novos canais de financiamento para impulsionar o investimento privado, concedendo, por exemplo, incentivos transparentes e bem formulados aos projetos de infraestruturas em colaboração com instituições internacionais de financiamento do desenvolvimento. A digitalização também oferece oportunidades importantes, associadas a novos desafios e riscos. Por exemplo, muitos países estão a explorar a possibilidade de adotar moedas digitais dos bancos centrais para reforçar a inclusão financeira, reduzir o custo das remessas e oferecer uma alternativa às criptomoedas privadas que, de outro modo, podem enfraquecer a transmissão monetária.

Por último, as alterações climáticas colocam desafios extremos à região, dada a sua exposição a catástrofes relacionadas com o clima e dependência da agricultura pluvial. O investimento na adaptação é, por conseguinte, da maior importância. Mas a transição ecológica também oferece novas oportunidades à África Subsariana dado o seu potencial para as energias renováveis. O apoio financeiro internacional será fundamental para ajudar a região a financiar o custo da adaptação, a aproveitar as oportunidades oferecidas pela transição ecológica e a assegurar um acesso equitativo à energia a preços acessíveis.

Um novo choque e pouca margem de manobra

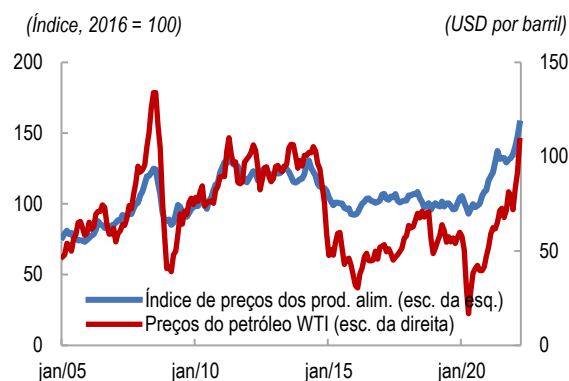
MAIS UM CHOQUE

Desde a publicação do relatório *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, em outubro de 2021, a África Subsariana registou uma série de choques adversos. A invasão da Ucrânia pela Rússia abalou os mercados mundiais de matérias-primas, aumentou as tensões geopolíticas e agravou as já difíceis perspetivas de políticas da região, incluindo a atual restritividade monetária nas economias avançadas, a vulnerabilidade a novas vagas de infeções por Covid-19 devido às baixas taxas de vacinação, a instabilidade política e os riscos de segurança em muitos países.

A invasão da Ucrânia pela Rússia desestabilizou os mercados mundiais de matérias-primas...

A guerra provocou um forte aumento dos preços das matérias-primas, perturbando as exportações de produtos energéticos e alimentares da Rússia e da Ucrânia (Gráfico 1). Embora tal possa resultar num ganho inesperado para alguns grandes países exportadores de matérias-primas, o aumento dos preços desses produtos está a comprometer os saldos orçamental e externo nos países importadores de matérias-primas, ameaçando simultaneamente a segurança alimentar e a acessibilidade dos preços da energia para as suas populações mais vulneráveis. Neste contexto, vários países são altamente dependentes das importações de trigo, adquirindo alguns uma grande percentagem dessas importações diretamente da Ucrânia e da Rússia (ver Foco especial, página 2). Além disso, preços dos fertilizantes e do petróleo mais elevados aumentarão os custos de

Gráfico 1. Preços das matérias-primas, 2005–22



Fonte: FMI, Sistema de preços das matérias-primas.

Nota: WTI = West Texas Intermediate.

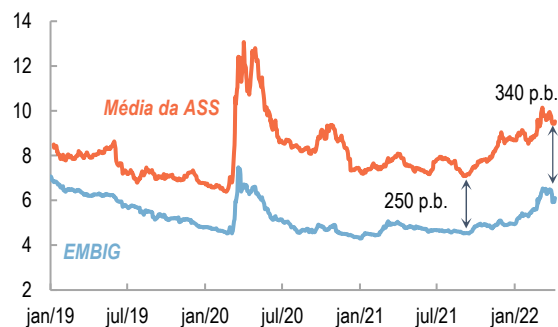
colheita, transporte e transformação dos alimentos, exercendo uma pressão ascendente sobre os preços dos produtos alimentares.

... e ensombrou as perspetivas económicas mundiais.

Ainda antes da guerra na Ucrânia, as pressões inflacionistas nas principais economias avançadas revelaram-se mais fortes e persistentes do que o esperado. Com o dinamismo acrescentado do aumento dos preços das matérias-primas, a restritividade monetária nas economias avançadas está a evoluir a um ritmo mais rápido do que o previsto há alguns meses e está a provocar um aumento considerável das rentabilidades das dívidas soberanas (Gráfico 2). O aumento das rentabilidades reflete também maiores prémios de risco decorrentes do agravamento das tensões geopolíticas, que, em conjunto, reduziram as entradas de investimentos de carteira para a região e exerceram pressões em sentido descendente sobre a maioria das taxas de câmbio.

A África Subsariana também enfrenta a diminuição da procura por parte dos principais parceiros comerciais devido ao abrandamento da atividade a nível mundial. Prevê-se que o crescimento económico nos Estados Unidos seja 1,5% inferior em 2022 em relação às previsões de outubro de 2021, devido a um menor estímulo orçamental e a condições monetárias mais restritivas. As perspetivas económicas deterioraram-se também na área do euro e na China, com revisões em baixa do crescimento de 2022 de cerca de 1,5 e 1,2 pontos percentuais, respetivamente.

Gráfico 2. África Subsariana: Rentabilidades das dívidas soberanas, 2019–22 (em percentagem)



Fontes: Bloomberg Finance L.P. e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: ASS = África Subsariana; EMBIG = índice de obrigações dos mercados emergentes mundiais da J.P. Morgan.

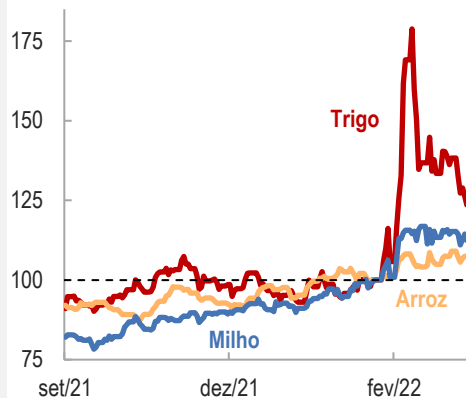
FOCO ESPECIAL: REPERCUSSÕES DA GUERRA NA UCRÂNIA

A guerra fez subir os preços mundiais das principais matérias-primas. As ligações diretas da África Subsariana à Rússia e à Ucrânia são relativamente modestas, representando menos de 2,5% do comércio total da região com o resto do mundo. No entanto, a guerra afetará a região devido ao seu efeito sobre os preços mundiais das matérias-primas. No caso dos 8 países exportadores líquidos de petróleo da região, o aumento dos preços dos produtos energéticos representará um ganho inesperado. Ademais, os países exportadores de outras matérias-primas essenciais (cobre, ouro, diamantes, paládio) podem também beneficiar de preços mais elevados e de um aumento das vendas. No entanto, para os restantes 37 países da região que não exportam petróleo, os preços do petróleo e do gás mais elevados resultarão num choque negativo significativo dos termos de troca, que agravará os saldos comerciais, aumentará os custos de transporte e de subsistência e deteriorará os saldos orçamentais, em especial nos países com subsídios aos combustíveis. Nos países importadores de petróleo, prevê-se que a crise aumente a fatura das importações da região em quase USD 19 mil milhões. Além disso, espera-se que os países frágeis importadores de petróleo sofram uma deterioração dos seus saldos orçamentais de 0,8% (por comparação com as previsões de outubro de 2021), o dobro da média de todos os países importadores de petróleo.

Um conflito prolongado poderá provocar um aumento ainda maior dos preços mundiais dos produtos alimentares (Foco, Gráfico 1). Trata-se de uma preocupação específica – a África Subsariana importa cerca de 85% do seu trigo e alguns países obtêm uma grande parte das suas importações diretamente da Rússia ou da Ucrânia, o que os torna particularmente vulneráveis a perturbações no abastecimento (Foco, Gráfico 2). Os géneros alimentícios representam 40% do cabaz de consumo da região e as importações constituem uma garantia importante contra os défices das colheitas locais. Neste contexto, a repercussão direta dos preços mundiais dos produtos alimentares nos preços internos destes produtos é relativamente elevada, situando-se em mais de 30%. Acresce que a repercussão indireta dos preços mundiais do petróleo nos preços internos dos produtos alimentares pode também ser considerável, em especial nos países (Etiópia, Quênia) nos quais as importações de alimentos de base são significativas. Além disso, a Rússia é um dos principais produtores de fertilizantes e de gás natural (um insumo essencial para a produção de fertilizantes), pelo que um conflito alargado irá, provavelmente, aumentar os custos agrícolas globais.

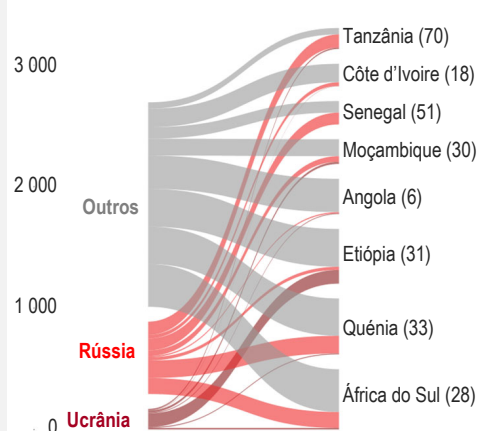
Uma maior inflação dos produtos alimentares aumentará a insegurança alimentar e as tensões sociais. Quase dois terços das calorias da região provêm de cereais (milho, arroz e trigo) e de raízes amiláceas (mandioca, inhame e batata doce), pelo que o aumento dos preços do trigo é especialmente preocupante – já antes da guerra na Ucrânia, o número de pessoas em situação de subnutrição mais do que tinha duplicado em 2021, afetando quase um quarto da população na sequência da pandemia de Covid-19. Novos aumentos dos preços dos produtos

Foco, Gráfico 1. Preços mundiais dos produtos alimentares, 2021–22
(Índice, 22 de fevereiro de 2022 = 100)



Fontes: Bloomberg Finance L.P.; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Foco, Gráfico 2. África Subsariana: 8 principais países importadores de trigo
(milhões de USD; números entre parênteses = percentagem da Rússia/Ucrânia, dados de 2020 ou último ano disponível)



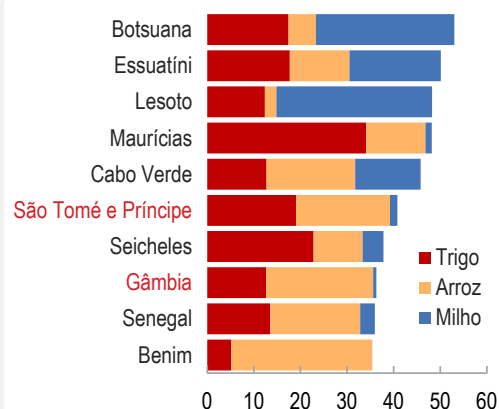
Fonte: Base de dados COMTRADE da ONU; e cálculos do corpo técnico do FMI.

alimentares prejudicarão os mais vulneráveis e poderão agravar as tensões sociais, em especial nos Estados frágeis e em situação de conflito (Foco, Gráfico 3). A segurança alimentar é já uma questão crítica em toda a região do Sahel, na República Democrática do Congo e em Madagáscar.

A guerra pode afetar as condições financeiras mundiais para além dos preços das matérias-primas. O aumento da incerteza pode perturbar os fluxos de capitais num momento em que são mais necessários. E um choque de maior risco poderá desencadear fluxos de saída de capital – é provável que os mercados diferenciem em função das vulnerabilidades existentes, mas a maioria dos países enfrentará maiores custos de endividamento e pressões cambiais.

Alguns países podem, no entanto, beneficiar no médio prazo dos esforços europeus de diversificação energética. Por exemplo, a Nigéria, o Senegal, Moçambique e a Tanzânia possuem as maiores reservas comprovadas de gás natural da região. Estes países podem registar uma maior procura de exportações da Europa, em especial tendo em conta a recente decisão da UE de classificar o gás como sustentável.

Foco, Gráfico 3. África Subsaariana: Dependência das importações de produtos alimentares, 10 principais países, 2019
(percentagem de calorias diárias consumidas; vermelho = Estado frágil e em situação de conflito; dados de 2020 ou último ano disponível)



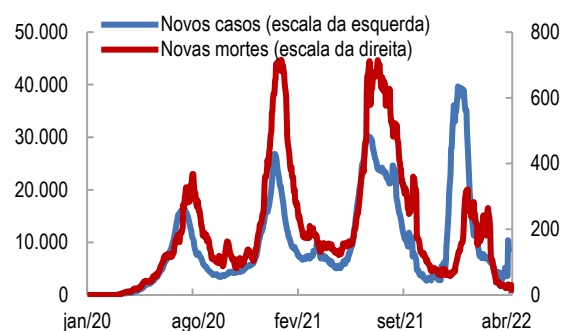
Fontes: Organização para a Alimentação e a Agricultura; e cálculos do corpo técnico do FMI.

A nível interno, uma campanha de vacinação lenta deixou a região exposta...

A variante ómicron provocou uma quarta vaga da pandemia que atingiu a África Subsaariana no final de 2021 (Gráfico 3). Os casos confirmados aumentaram muito rapidamente, atingindo o nível mais elevado desde o início da pandemia. No entanto, a variante revelou-se relativamente menos grave, resultando em menos mortes do que em vagas anteriores e exigindo medidas de confinamento menos rigorosas.

A campanha de vacinação acelerou nos últimos meses devido ao aumento da disponibilidade de vacinas e aos progressos na distribuição (Caixa 1). Por exemplo, cinco países (Botsuana, Cabo Verde, Maurícias, Ruanda, Seicheles) atingiram a taxa de vacinação

Gráfico 3. África Subsaariana: Casos e mortes por Covid-19
(média móvel de sete dias)



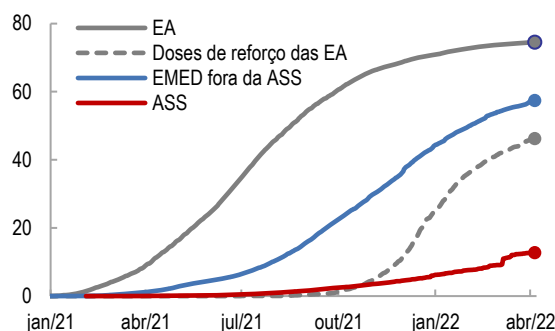
Fontes: Our World in Data; e cálculos do corpo técnico do FMI.

proposta pelo FMI de 40% para 2021, recorrendo a fontes de vacinas diversificadas, a profissionais de saúde com boa formação e a esforços coordenados entre os funcionários do setor da saúde, os funcionários governamentais e o setor privado.

No entanto, as taxas de vacinação continuam a ser inadequadas na maioria dos países. No início de abril, apenas 12% da população estava totalmente vacinada em toda a região (Gráfico 4). Tal fica muito aquém do objetivo de vacinação de 70% para meados de 2022 estabelecido na proposta do FMI (Agarwal e Gopinath 2021). Além disso, o ritmo de vacinação continua muito mais lento do que no resto do mundo.

Gráfico 4. Economias selecionadas: Pessoas com vacinação completa

(percentagem da população)



Fontes: Our World in Data; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: ASS = África Subsaariana; EA = economias avançadas; EMED fora da ASS = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento fora da África Subsaariana.

Por exemplo, as economias avançadas já administraram a dose de reforço a mais de 45% das suas populações, o que realça a atual disparidade dos níveis de vacinação a nível mundial.

...enquanto vários países enfrentam ameaças à segurança.

A região registou um aumento da prevalência de **instabilidade política e golpes militares** nos últimos anos (Gráfico 5). Desde agosto de 2020, as forças militares assumiram o controlo em quatro países (Burquina Faso, Chade, Guiné, Mali) e foram tentados golpes em dois outros países (Guiné-Bissau, Níger). Foram impostas sanções regionais e internacionais a vários destes países, que podem restringir o seu acesso a financiamento e limitar as suas perspetivas de crescimento.

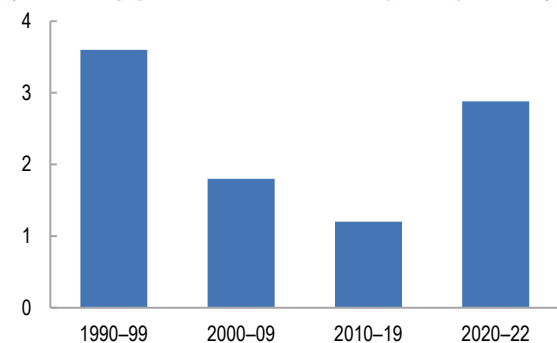
A região enfrenta igualmente vários **conflitos armados e ameaças terroristas**, nomeadamente no Burquina Faso, na Etiópia, no Mali, no Níger, na Nigéria, na República Centro-Africana e na República Democrática do Congo. Na Etiópia, as hostilidades agravaram-se em novembro. A intensidade dos combates diminuiu desde então, mas as perspetivas de um acordo de paz continuam incertas.

UMA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA INCERTA E INSUFICIENTE

Após ganhar dinamismo em 2021, a recuperação está em risco

Os resultados do PIB no terceiro trimestre de 2021 foram, em geral, mais fortes do que o esperado. Os indicadores de alta frequência sugerem que a

Gráfico 5. África Subsariana: Golpes, 1990–2022
(números de golpes tentados e bem-sucedidos por ano, por década)



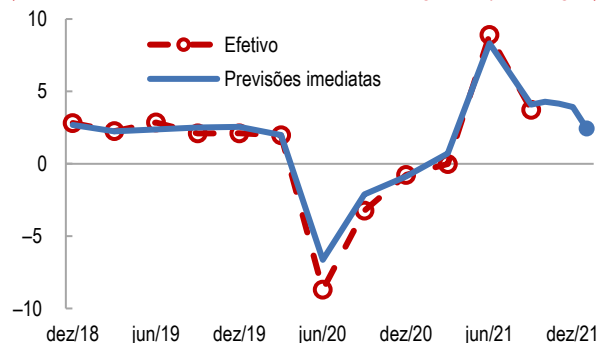
Fontes: *Coups d'état, 1950 to Present* (Jonathan Powell e Clayton Thyne); e cálculos do corpo técnico do FMI.

atividade económica registou uma moderação no quarto trimestre de 2021, mas foi bastante resiliente à propagação da variante ómicron (Gráfico 6). Por conseguinte, **as projeções do crescimento do PIB real na África Subsariana para 2021 foram significativamente revistas em alta** em relação às previsões de outubro de 2021, passando de 3,7 para 4,5% (Gráfico 7). Considerando diferentes grupos de países, a Etiópia está a liderar a grande revisão em alta dos países não ricos em recursos – a sua economia registou melhores resultados do que o esperado, não obstante os múltiplos choques (pandemia, conflito e praga de gafanhotos). Contudo, nos países dependentes do turismo, o crescimento de 2021 foi revisto em baixa, uma vez que a pandemia continuou a pesar sobre a sua recuperação económica.

Na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, o choque dos preços das matérias-primas provocou a estagnação do dinamismo positivo da recuperação económica na região, com **um abrandamento esperado do crescimento agregado em 2022 para 3,8%**. Os valores agregados ocultam uma forte heterogeneidade em toda a região (Gráfico 7). O crescimento dos países exportadores de petróleo em 2022 foi revisto em alta em 0,8 ponto percentual (por comparação com as previsões de outubro de 2021), embora os desafios em matéria de segurança e o envelhecimento das infraestruturas limitem o fornecimento de petróleo. Mas as perspetivas de crescimento para os países importadores de petróleo deterioraram-se, com revisões em baixa de cerca de 0,4 ponto percentual. Entre os países importadores de petróleo, as descidas são mais acentuadas nos Estados frágeis, cujo crescimento de 2022 foi revisto em baixa em 0,5 ponto percentual.

O choque dos preços das matérias-primas está também a ter **efeitos altamente assimétricos nas receitas públicas e nos saldos orçamentais** em toda a região (Gráfico 8).

Gráfico 6. África Subsariana: Crescimento do PIB real
(crescimento trimestral contínuo, em termos homólogos, em percentagem)



Fontes: Haver Analytics; FMI, bases de dados internas; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nos países exportadores de petróleo, as receitas orçamentais de 2022 foram revistas em alta em 2,1 pontos percentuais do PIB. Os países exportadores de outras matérias-primas também deverão registar ganhos de receitas, embora mais moderados. No entanto, o impacto destes ganhos nos saldos orçamentais é muito mais reduzido devido ao aumento das despesas com subsídios aos produtos energéticos. Já os países não ricos em recursos assistirão a uma deterioração considerável dos seus saldos orçamentais.

Considerando as maiores economias e grupos de países da região:

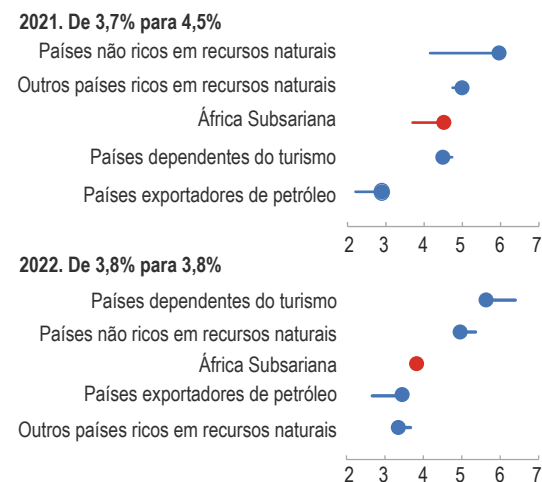
- O crescimento da **África do Sul** abrandou no segundo semestre de 2021 após um desempenho relativamente robusto no primeiro semestre do ano. A terceira vaga de Covid-19 e a agitação de julho afetaram o crescimento no terceiro trimestre e foram apenas parcialmente compensadas por uma recuperação no quarto trimestre. Após a recuperação de 2021 associada ao levantamento dos confinamentos, o crescimento deverá abrandar para uns modestos 1,9% em 2022, devido a condicionalismos estruturais (incluindo no setor da eletricidade) e a condições financeiras mundiais mais restritivas. Sem ajustamento orçamental, a dívida pública deverá aumentar de forma constante nos próximos anos, situando-se em 83,7% do PIB em 2026. O aumento do crescimento potencial e a manutenção da sustentabilidade da dívida dependem da implementação atempada de políticas orçamentais credíveis e de reformas estruturais, incluindo do

quadro regulamentar do mercado dos produtos, da flexibilidade do mercado de trabalho, da gestão das empresas públicas e da aceleração da transição energética.

- As perspetivas de crescimento da **Nigéria** melhoraram graças a preços do petróleo mais elevados e a uma recuperação da indústria transformadora e da agricultura mais forte do que o previsto. Espera-se que o crescimento ascenda a 3,4% em 2022, diminuindo para 2,9% a partir de 2024. As perspetivas estão sujeitas a uma elevada incerteza associada aos preços do petróleo e às condições financeiras. Acresce que as baixas taxas de vacinação, o aumento dos riscos de segurança e as elevadas pressões sobre os preços pesam negativamente sobre as perspetivas de crescimento no médio prazo. A diversificação do petróleo será fundamental para aumentar o crescimento potencial de forma sustentável e reduzir a volatilidade.
- **Angola** cresceu 0,7% em 2021, invertendo um período de recessão de cinco anos. O país não pôde tirar pleno partido dos elevados preços do petróleo devido a problemas técnicos recorrentes e ao baixo investimento alocado à produção de petróleo. Espera-se que o crescimento acelere para 3% em 2022, sendo os setores não petrolíferos (agricultura, construção e transportes) os principais impulsionadores do crescimento. No médio prazo, o crescimento poderá ascender gradualmente a 4% devido aos preços do petróleo elevados e ao forte desempenho dos setores

Gráfico 7. África Subsariana: Revisões ao crescimento do PIB real de 2021 e 2022

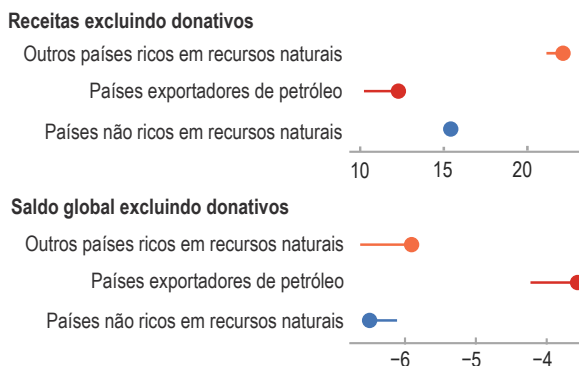
(em percentagem, variação face à previsão de outubro de 2021)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Gráfico 8. África Subsariana: Revisões às projeções orçamentais de 2022

(percentagem do PIB, variação face à previsão de outubro de 2021)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

não petrolíferos. Os principais riscos para estas perspetivas incluem a inflação elevada (em especial a dos produtos alimentares) e a persistência de problemas na produção de petróleo.

- O crescimento da **Etiópia** deverá abrandar de 6,3% no EF 2021 para 3,8% no EF 2022 devido à intensificação do conflito militar no primeiro semestre do exercício, aos efeitos prolongados da pandemia num contexto de baixas taxas de vacinação e às repercussões da guerra na Ucrânia. Os elevados preços dos produtos alimentares e das matérias-primas e os maiores riscos de dívida também ensombram as perspetivas. O país é altamente dependente das importações de trigo provenientes da Rússia e da Ucrânia, o que aumenta a pressão sobre os preços dos produtos alimentares. Embora as perspetivas de crescimento no médio prazo sejam mais favoráveis, a incerteza é muito elevada devido ao conflito interno e às tensões geopolíticas mundiais.
- Os **países dependentes do turismo** enfrentam uma recuperação particularmente difícil. As viagens internacionais têm de fazer face a uma trajetória de recuperação mais longa do que outros setores. Muitos países dependentes do turismo sofreram um revés de curto prazo na sua recuperação com o surgimento da variante ómicron. Alguns países registaram melhores resultados devido às significativas entradas de remessas (Comores, Gâmbia) ou ao rápido processo de vacinação (Seicheles). No entanto, outros enfrentam perdas de receitas persistentes que ascendem até 15% do PIB (Cabo Verde, Maurícias).
- Prevê-se que o crescimento económico **das economias frágeis** acelere marginalmente de 4,6% em 2021 para 4,8% em 2022 – uma aceleração muito mais modesta do que o previsto

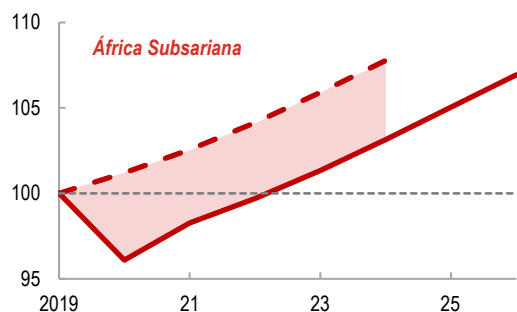
em outubro de 2021. Além disso, as perspetivas apresentam riscos significativos em sentido descendente. Muitos países – em especial na região do Sahel – enfrentam atualmente desafios de segurança e instabilidade política, a par de sanções regionais e internacionais. As preocupações em matéria de segurança alimentar agravaram-se consideravelmente devido ao rápido aumento dos preços dos produtos alimentares, o que exacerba os riscos de agitação social. Além disso, o aumento da inflação e a limitada margem de manobra orçamental restringem ainda mais as opções de política.

Para além de 2022, espera-se que a África Subsariana cresça ligeiramente acima dos 4% (ou 1,8% em termos *per capita*). Esta situação está muito **aquém do ritmo necessário para que a região recupere as perdas de produto resultantes da pandemia** (Gráfico 9). Com efeito, estima-se que os rendimentos *per capita* se mantenham mais de 4% abaixo das projeções anteriores à pandemia. Além disso, prevendo-se que o produto nas economias avançadas alcance a sua tendência pré-pandemia no curto prazo, é provável que persista o hiato entre a região e as economias avançadas que foi provocado pela crise da Covid-19.

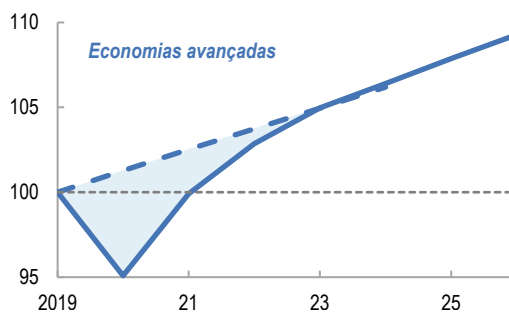
A pandemia deixou marcas sociais profundas

A África Subsariana estava a ter dificuldade em criar oportunidades de emprego para a sua força de trabalho em crescimento, mesmo antes da pandemia. Mas a Covid-19 prejudicou ainda mais os mercados de trabalho, especialmente nos setores com uma grande intensidade de contacto, que empregam grupos relativamente mais vulneráveis, incluindo mulheres e trabalhadores pouco qualificados (Aslam et al. 2021). Consequentemente, a tendência de longo prazo de redução da pobreza anteriormente registada na região inverteu-se, tendo **mais 39 milhões de pessoas**

Gráfico 9. Regiões selecionadas: PIB real *per capita*, 2019–26
(2019 = 100, as linhas a tracejado indicam as projeções pré-pandemia)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

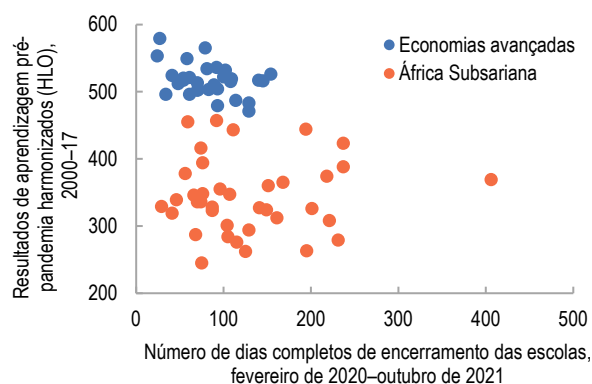


caído em situação de pobreza extrema em 2020 e 2021 (Lakner et al. 2020, Banco Mundial 2022). Paralelamente, as desigualdades agravaram-se entre os grupos de rendimento e as regiões subnacionais, aumentando o risco de tensão social e de instabilidade política. O forte aumento dos preços dos produtos alimentares devido à guerra na Ucrânia tem o potencial para aumentar drasticamente a pobreza e a desigualdade em toda a região.

A pandemia também prejudicou o tão necessário desenvolvimento do capital humano devido ao encerramento prolongado das escolas. Na África Subsaariana, as escolas encerraram 128 dias, em média, entre fevereiro de 2020 e outubro de 2021 – muito mais do que nas economias avançadas, onde os encerramentos duraram cerca de 84 dias (Gráfico 10). Os encerramentos mais prolongados das escolas em África continuarão a aumentar o hiato em termos de resultados de aprendizagem e a afetar o crescimento no médio prazo.

O rápido aumento dos preços mundiais dos produtos alimentares, que atingiram os níveis mais elevados em mais de uma década, agravou as tensões sociais. O impacto é particularmente acentuado nas famílias mais pobres, que gastam uma percentagem muito maior dos seus rendimentos em produtos alimentares. Esta situação está a suscitar preocupações crescentes com a insegurança alimentar em vários países (Chade, Eritreia, Madagáscar, República Democrática do Congo, Sudão do Sul). Em alguns países, a insegurança alimentar está associada a perspectivas de emprego lentas e desiguais, o que compromete a estabilidade política.

Gráfico 10. África Subsaariana: Divergência de capital humano



Fontes: Angrist et al., 2021; e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

OS RISCOS PENDEM PARA O SENTIDO DESCENDENTE

Uma continuação da guerra na Ucrânia e a imposição de restrições prolongadas às exportações da Rússia poderão exercer uma pressão ascendente adicional sobre os preços dos produtos alimentares e da energia. Tal prejudicará fortemente os países importadores de matérias-primas da região, agravando a insegurança alimentar, alimentando as tensões sociais e sobrecarregando as populações vulneráveis. Uma escalada das tensões geopolíticas entre a Rússia e os países ocidentais poderá também aumentar a aversão ao risco a nível mundial e os custos de endividamento, especialmente nos países com posições orçamentais mais precárias.

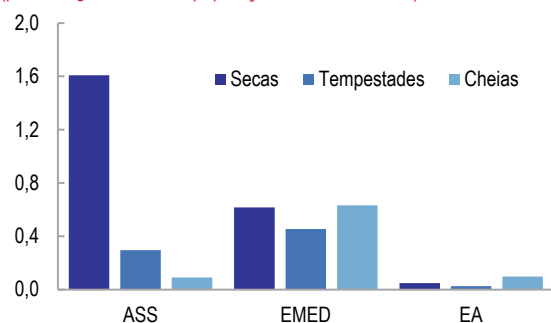
A África Subsaariana é também vulnerável a uma aceleração do ritmo de restritividade monetária nas economias avançadas. Por exemplo, um aumento inesperado de 25 pontos base na taxa de juro dos EUA a 10 anos poderá reduzir o crescimento a nível regional em cerca de 0,25 ponto percentual devido a custos de endividamento mais elevados e a uma procura externa mais fraca (Caixa 2). Nenhum país estará imune a tal choque, mas as economias de fronteira e os países ricos em recursos estão particularmente expostos. A região está também vulnerável a um abrandamento na China, que representa mais de 20% das exportações da África Subsaariana.

A nível interno, as baixas taxas de vacinação continuam a expor a África Subsaariana ao risco de novas vagas de Covid-19. Além disso, a existência de um vasto conjunto de pessoas não vacinadas aumenta o risco de novas variantes, ameaçando as vidas e os meios de subsistência na região e fora dela.

Os riscos em sentido descendente podem também materializar-se se a situação de segurança na África Subsaariana continuar a deteriorar-se. As projeções do cenário de base pressupõem um desagramento gradual das tensões políticas e militares em toda a região. No entanto, se a instabilidade política e os riscos de segurança persistirem ou se agravarem, as perspectivas económicas poderão deteriorar-se significativamente. Por exemplo, os conflitos ativos tendem a reduzir a atividade económica nos países afetados em cerca de 2,5%, em média, e podem desencadear repercussões negativas consideráveis nos países vizinhos (Caixa 3).

Gráfico 11. Regiões selecionadas: Catástrofes extremas desde 1990

(percentagem média de população afetada num ano)



Fontes: EM-DAT; International Disaster Database; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Uma catástrofe é considerada extrema se o número total de mortes mais 30% do total da população afetada representar, pelo menos, 1% da população total do país. ASS = África Subsariana, EA = economias avançadas, EMED = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento.

A África Subsariana está também **altamente exposta a choques relacionados com o clima**, incluindo secas, tempestades e inundações (Gráfico 11). Estes estão a tornar-se mais frequentes e mais graves, com um impacto especial nas perspetivas de crescimento da região dada a sua dependência da agricultura e os recursos limitados para a assistência após as catástrofes.

ESCOLHAS COMPLEXAS COM MENOS OPÇÕES

Acelerar a campanha de vacinação para reduzir o risco de novas vagas de Covid-19 e o surgimento de novas variantes continua a ser fundamental e exigirá esforços tanto a nível nacional como mundial. No plano interno, os países devem continuar a fazer face aos desafios logísticos e a realizar campanhas de comunicação para combater a hesitação no tocante à vacinação. Além disso, vários países estão dispostos a investir em instalações de fabrico de vacinas (Georgieva 2022). A comunidade internacional deve assegurar doações contínuas e previsíveis de vacinas e ajudar os países mais pobres a financiar a aquisição de doses adicionais. Para além do aumento das taxas de vacinação, o investimento em terapêuticas, testes e vigilância epidemiológica é fundamental para reforçar a resiliência dos sistemas de saúde locais.

Paralelamente ao controlo da pandemia, a região enfrenta **três prioridades prementes em matéria de políticas**: conter as atuais pressões inflacionistas sem comprometer indevidamente o crescimento, proteger os grupos vulneráveis da população da subida dos preços dos produtos alimentares e energéticos sem

aumentar as vulnerabilidades da dívida, e gerir os ajustamentos das taxas de câmbio em resposta à maior restritividade das condições monetárias mundiais.

I. Encontrar o equilíbrio entre a inflação e o crescimento

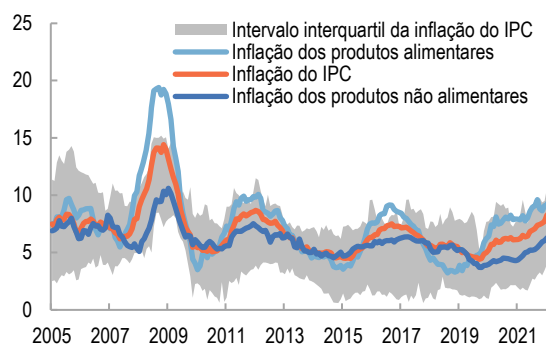
A inflação aumentou consideravelmente, influenciada por fatores internacionais e nacionais.

A maioria dos países da região registou **pressões inflacionistas significativas ao longo do último ano**, que afetaram tanto os produtos alimentares – cerca de 40% do cabaz de consumo da região – como os produtos não alimentares (Gráfico 12). **Os fatores mundiais contribuíram fortemente**, por exemplo, através dos preços elevados das matérias-primas, das secas e das restrições à exportação nos principais países exportadores de produtos alimentares, bem como da escassez da oferta mundial (Choi 2021). A guerra na Ucrânia exacerbou estas pressões através de preços ainda mais elevados do petróleo e dos produtos alimentares, em especial do trigo, um importante alimento de base em vários países, incluindo a Etiópia, Moçambique, o Quénia, o Senegal e a Tanzânia.

No entanto, a experiência em toda a região está longe de ser uniforme, o que sugere **um papel importante dos fatores locais**. Embora as boas colheitas em alguns países tenham ajudado a manter os preços dos produtos alimentares moderados, a seca no Corno de África (Etiópia e algumas partes do Quénia) e os conflitos (especialmente na região do Sahel) afetaram negativamente a produção e os preços dos alimentos. Os países com uma maior dependência das importações de produtos alimentares estão a enfrentar mais pressões sobre os preços devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares a nível mundial. As pressões inflacionistas também foram

Gráfico 12. África Subsariana: Taxas médias de inflação, 2005–22

(em percentagem, em termos homólogos)



Fontes: Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

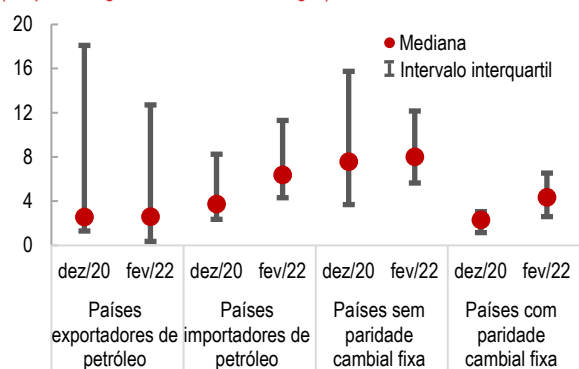
mais acentuadas nos países que registaram maiores depreciações. O dinamismo dos preços do petróleo ajudou a aliviar as pressões cambiais e a inflação associada nos países exportadores de petróleo, ao mesmo tempo que provocou o aumento dos preços da energia e a inflação nos países importadores de petróleo (Gráfico 13). Embora a inflação tenha sido mais bem ancorada e historicamente mais moderada nos países com regimes cambiais de paridade fixa, as pressões sobre os preços também aumentaram, mas permanecem moderadas (Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Togo).

A inflação deverá diminuir gradualmente, mas subsistem riscos.

A inflação da região deverá manter-se elevada em 2022, situando-se em 12,2%, diminuindo depois gradualmente para 9,6% em 2023 – revista em alta em 3,6 e 2,5 pontos percentuais, respetivamente, em relação às previsões de outubro de 2021 (Gráfico 14). No entanto, existe uma heterogeneidade significativa em toda a região. Por exemplo, espera-se que a inflação seja inferior a 4% na região da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) em 2022. Projeta-se que a descida da inflação no próximo ano seja generalizada, o que reflete uma atenuação esperada dos desafios da oferta a nível mundial e local, bem como as respostas prováveis dos bancos centrais da região caso as pressões inflacionistas se reforcem ainda mais.

No entanto, existem **riscos significativos para as perspetivas de inflação**. Uma escalada da guerra na Ucrânia pode fazer aumentar ainda mais os preços do petróleo e dos produtos alimentares. A normalização da política monetária mais rápida do que o previsto nos Estados Unidos e na Europa poderá conduzir

Gráfico 13. África Subsariana: Inflação mediana do IPC
(em percentagem, em termos homólogos)



Fonte: FMI, Information Notice System; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

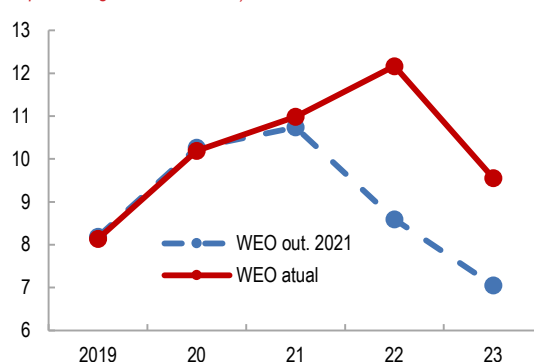
a pressões cambiais mais fortes que alimentarão a inflação na África Subsariana. Os estrangulamentos persistentes na oferta poderão também provocar o aumento dos preços internacionais dos produtos alimentares e dos produtos manufaturados, afetando os países com uma elevada dependência das importações (Seicheles, Sudão do Sul). Dada a redução do espaço orçamental e as grandes necessidades de despesa, os bancos centrais na região podem também enfrentar pressões políticas para monetizar parte da dívida ou manter uma orientação da política monetária mais flexível durante mais tempo, o que resultaria numa inflação mais elevada face às projeções atuais.

Compromisso entre inflação e crescimento.

Na maioria dos países, a atividade económica continua muito abaixo da tendência anterior à pandemia. Por conseguinte, as pressões inflacionistas representam **um compromisso difícil para os bancos centrais que procuram limitar a inflação sem comprometer a recuperação**. Vários bancos centrais (África do Sul, Angola, Gana, Ruanda, Serra Leoa, Zâmbia) começaram a aumentar as taxas de juro devido às pressões inflacionistas, e a política monetária para a região da CEMAC tornou-se também mais restritiva para apoiar a posição externa num contexto de diminuição das reservas (Gráfico 15).

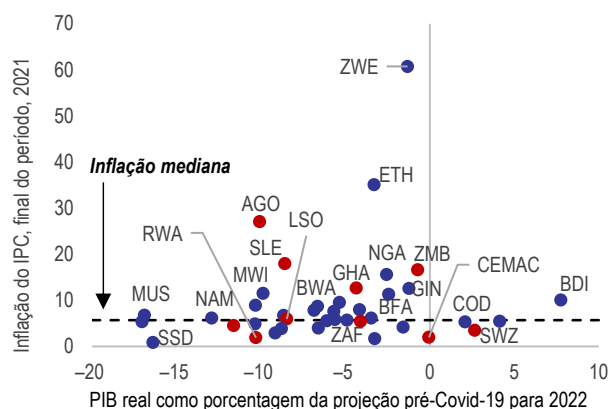
Os bancos centrais devem continuar a acompanhar cuidadosamente as pressões inflacionistas e a proteger-se do risco de os atuais aumentos dos preços dos produtos alimentares e energéticos poderem desancorar as expectativas de inflação. Para evitar estes riscos **poderá ser necessária uma maior restritividade** nos países confrontados com um aumento da inflação, mesmo que o produto permaneça abaixo do potencial. Os aumentos das taxas poderão também

Gráfico 14. África Subsariana: Inflação do IPC
(em percentagem, média anual)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.
Nota: WEO = *World Economic Outlook*.

Gráfico 15. África Subsariana: Perda de produto e inflação
(em percentagem; os pontos vermelhos indicam a restrição monetária desde junho de 2021)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.
Nota: Ver na página 31 a lista de abreviaturas dos países.

ter de ser associados a uma maior restrição da regulamentação financeira, que poderá ter sido flexibilizada durante a pandemia. Nos países onde as pressões inflacionistas são mais moderadas ou menos persistentes, a política monetária pode permanecer acomodatória. De qualquer forma, será fundamental preservar a credibilidade dos quadros monetários e manter uma comunicação clara. Estes são elementos essenciais para reforçar a transmissão monetária e reduzir, assim, a necessidade de uma restrição monetária agressiva.

À medida que as taxas de endividamento aumentam, os bancos centrais devem também permanecer atentos ao risco emergente para o setor financeiro decorrente de instituições financeiras, empresas e famílias alavancadas. Do mesmo modo, a exposição dos bancos às obrigações de dívida pública deve ser acompanhada de perto, considerando o potencial de ciclos de retorno adversos entre as dificuldades soberanas e bancárias, em especial tendo em conta a recente deterioração da capitalização bancária em vários países.

Durante este período delicado para a política monetária é igualmente importante reforçar a **independência e a capacidade do banco central**. Os objetivos dos bancos centrais devem ser claramente definidos num contexto de política prospetiva. Os governos devem evitar pressionar os bancos centrais a monetizar as despesas orçamentais ou a manter uma orientação de política mais acomodatória do que a que seria, de outra forma, justificada pelas pressões inflacionistas¹. Uma orientação de política

¹ Hooley et al. (2021) documentam o impacto adverso dos empréstimos do banco central ao governo sobre a taxa de câmbio e a inflação na África Subsariana.

inapropriada pode minar a confiança na moeda local, conduzindo a uma inflação galopante e a instabilidade macroeconómica, o que comprometeria as perspetivas de crescimento no curto e médio prazo.

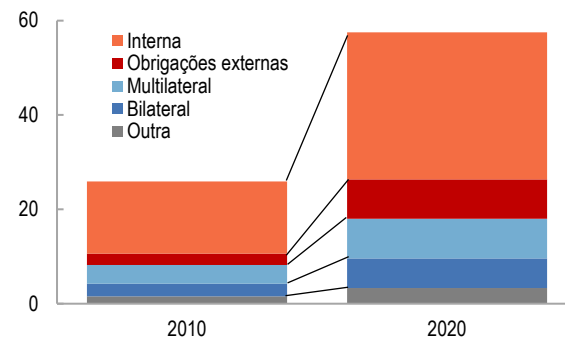
II. Fazer face ao impacto económico da guerra na Ucrânia sem aumentar as vulnerabilidades da dívida

A dívida pública aumentou consideravelmente, sobretudo financiada por credores privados.

A dívida pública da África Subsariana tem vindo a aumentar de forma constante há mais de uma década (Gráfico 16). Tal ajudou a financiar as necessidades de desenvolvimento da região, mas está atualmente a exercer **fortes pressões sobre a sustentabilidade da dívida** em muitos países. Além disso, a pandemia agravou a posição orçamental da maioria dos países, levando a dívida pública a um máximo histórico desde o início do século. Metade dos países de baixos rendimentos da região está em situação de sobre-endividamento ou em risco elevado de sobre-endividamento (Gráfico 17), tendo muitos deles ficado com pouco ou nenhum espaço orçamental num período de elevadas necessidades de despesa.

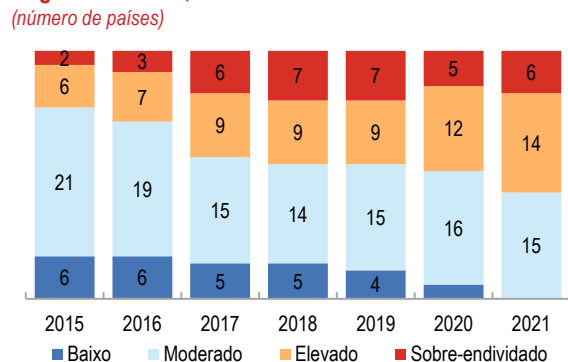
A composição de credores também mudou acentuadamente. A dívida bilateral passou de credores membros do Clube de Paris para credores não pertencentes ao Clube de Paris, o que torna as renegociações da dívida mais complicadas. Além disso, **um grupo crescente de credores privados** financiou, em grande medida, o aumento da dívida pública, o que reflete o aprofundamento dos mercados financeiros

Gráfico 16. África Subsariana: Composição da dívida pública, 2010 e 2020
(percentagem do PIB)



Fontes: Banco Mundial, *International Debt Statistics*; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Gráfico 17. África Subsaariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento elegíveis ao PRGT, 2015–21
(número de países)



Fonte: FMI, base de dados sobre a análise de sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento.

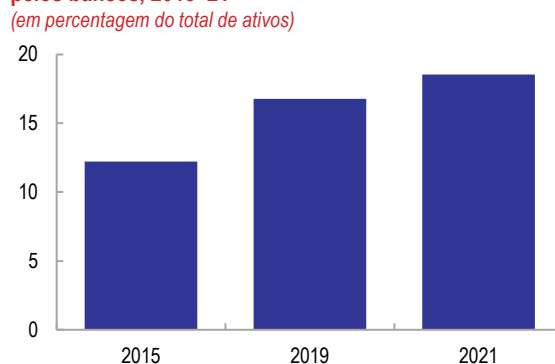
Nota: PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

da região e a melhoria do acesso aos mercados internacionais. A dívida pública interna aumentou de 15% do PIB em 2010 para 30% em 2020. Ao longo do mesmo período, a dívida pública externa detida por entidades privadas aumentou de 4% do PIB para 11%.

Para os decisores políticos da região, **o acesso aos mercados privados nacionais e estrangeiros apresenta oportunidades e desafios.**

- A capacidade de contrair empréstimos a nível interno revelou-se particularmente útil no início da pandemia, altura em que muitos países da África Subsaariana perderam o acesso aos mercados financeiros internacionais. O crédito interno também oferece oportunidades para limitar a emissão de dívida em moeda estrangeira. No entanto, com algumas exceções notáveis (África do Sul, Benim, Botsuana, Gana, Namíbia, Nigéria), as maturidades internas são relativamente curtas e as taxas de juro elevadas. O crédito interno também aumentou as detenções dos bancos de obrigações soberanas, em linha com os padrões observados noutros mercados emergentes (*Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial* de abril de 2022). As obrigações soberanas representam atualmente quase 20% dos ativos dos bancos e ascendem a 40% em alguns países (Gráfico 18). A esses níveis, a solidez orçamental do setor soberano e a solidez financeira do setor bancário estão intimamente interligadas, dando origem a **um estreito nexo entre bancos e entidades soberanas**, em que o risco soberano pode prejudicar gravemente os balanços dos bancos, em particular nos países com bancos pouco capitalizados.

Gráfico 18. África Subsaariana: Detenções de dívida pública pelos bancos, 2015–21
(em percentagem do total de ativos)



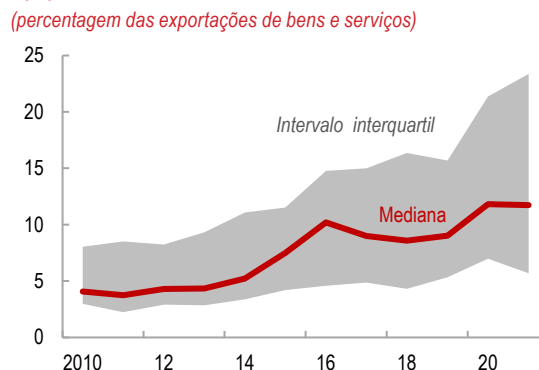
Fonte: FMI, *International Financial Statistics*.

- Um maior acesso aos mercados de capitais internacionais provou também ter vantagens e desvantagens. Do lado positivo, os países conseguiram recorrer aos tão necessários recursos financeiros num período de diminuição dos fluxos de assistência oficial ao desenvolvimento. No entanto, a substituição de fluxos multilaterais de baixo custo e de longo prazo por fundos privados com custos mais elevados resultou num **aumento acentuado dos custos do serviço da dívida externa e em maiores riscos de refinanciamento** (Gráfico 19). Além disso, a dependência de fundos estrangeiros levou a um grande **aumento da dívida denominada em moeda estrangeira**. Por conseguinte, a região está altamente vulnerável a uma maior restritividade das condições financeiras mundiais e a depreciações da taxa de câmbio.

Amortecer o impacto da guerra na Ucrânia sobre a economia sem aumentar as vulnerabilidades da dívida.

A guerra na Ucrânia está, assim, a afetar a região numa altura em que a maioria dos países tem pouco ou nenhum espaço orçamental para amortecer o choque.

Gráfico 19. África Subsaariana: Serviço da dívida externa, 2010–21
(percentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

Por conseguinte, a **política orçamental deve reagir de forma direcionada**, a fim de proteger os segmentos vulneráveis da população da subida dos preços dos produtos energéticos e alimentares, sem aumentar as vulnerabilidades da dívida. Neste contexto, as transferências orientadas e diretas para as famílias vulneráveis são a resposta mais desejável. Quando tal não for possível, os países podem utilizar reduções fiscais ou subsídios aos preços com direcionamento específico e cláusulas de caducidade bem claras para conter o aumento dos preços internos dos produtos alimentares e energéticos. Tal poderia justificar-se em países com redes de segurança social fracas e capacidade limitada para aumentar as transferências sociais específicas. Se forem bem concebidos e temporários, as reduções fiscais e os subsídios aos preços com direcionamento específico poderão proteger as famílias da elevada volatilidade dos preços, proporcionando tempo para um ajustamento mais gradual. Medidas como o controlo dos preços e as restrições à exportação devem, contudo, ser evitadas, uma vez que conduzem a distorções do mercado e podem agravar as restrições à oferta a nível nacional e internacional.

A resposta de política deve ter em conta a **natureza persistente do choque dos preços das matérias-primas**, instando a uma utilização cuidadosa dos recursos orçamentais limitados e implicando que uma proteção excessiva dos preços internos acabará por exigir um grande ajustamento. Além disso, deve estabelecer uma distinção entre países, em função das condições económicas e sociais e do facto de serem importadores ou exportadores de matérias-primas.

Os países importadores líquidos de matérias-primas enfrentarão fortes pressões sobre os saldos orçamentais. Os países terão de redefinir as prioridades em matéria de despesa, reduzindo, por exemplo, as despesas não essenciais, como o desperdício de subsídios concedidos às empresas públicas, de modo a apoiar as pessoas vulneráveis através de transferências e subsídios específicos. O ajustamento orçamental terá de ser mais forte nos países que enfrentam restrições financeiras mais rigorosas.

Os países exportadores líquidos de matérias-primas só beneficiarão das receitas fiscais inesperadas se contiverem as despesas com subsídios. Por exemplo, alguns países exportadores de petróleo concedem dispendiosos subsídios generalizados à energia para a população interna, o que pode conduzir a uma deterioração dos saldos orçamentais, não obstante o aumento das receitas associado a preços de exportação

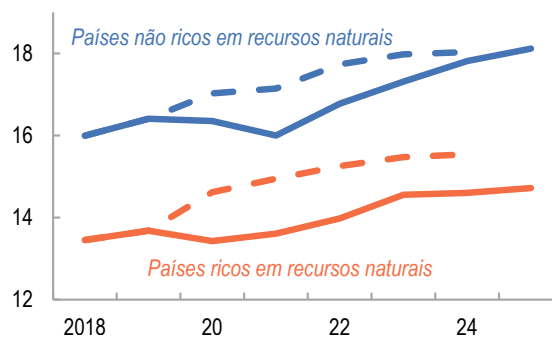
mais elevados (Nigéria). Por conseguinte, eliminar os subsídios generalizados é fundamental para garantir que o aumento dos preços das matérias-primas gera poupanças orçamentais. É, pois, essencial que estas poupanças sejam orientadas, em grande medida, para o reforço da sustentabilidade das finanças públicas apoiada por quadros de governação sólidos, tendo em conta as condições precárias enfrentadas por muitos países.

No médio prazo, a maioria dos países terá de prosseguir a consolidação orçamental, a fim de reduzir as vulnerabilidades da dívida e fomentar a resiliência, protegendo, simultaneamente, as despesas de desenvolvimento. Para o efeito, a **mobilização de receitas é uma prioridade fundamental**. A pandemia desestabilizou os esforços de mobilização de receitas, em especial nos países ricos em recursos (Gráfico 20). As autoridades devem agora renovar os seus esforços de reforma fiscal com o objetivo de aumentar as receitas, pelo menos, para os níveis anteriores à pandemia. Ao ponderar o melhor caminho a seguir, as autoridades devem procurar abordagens inovadoras a problemas antigos, alavancando, por exemplo, o potencial da digitalização para alargar as bases tributárias, reforçar a equidade fiscal e o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes e melhorar a administração tributária.

Os esforços de mobilização de receitas devem ser complementados por medidas destinadas a **aumentar a eficiência da despesa pública e a reforçar a prestação de contas**. Por exemplo:

- **Melhorar a orientação da despesa pública.** Os mecanismos de prestação de serviços digitais, como dinheiro móvel ou cartões inteligentes, podem ser utilizados de forma eficaz para este efeito, tal como demonstrado no Togo durante

Gráfico 20. África Subsariana: Receitas fiscais, 2018–25
(média simples, percentagem do PIB; linhas tracejadas = projeções pré-Covid-19)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

a pandemia. Além disso, muitos países devem reforçar as redes de segurança social para responder a choques futuros de forma mais orientada e transparente.

- **Melhorar a gestão do investimento público.** Nos últimos dois anos, muitos países adiaram os investimentos para dar prioridade às despesas sociais e com saúde. À medida que os programas de investimento forem retomados, os países terão de utilizar os seus recursos limitados de forma cuidadosa e eficaz para apoiar o investimento em infraestruturas ecológicas e resilientes, que se considera serem até 12 vezes mais eficientes em termos de custos do que a assistência frequente em caso de catástrofe (*Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana de abril de 2020, capítulo 2*). Tendo em conta as grandes necessidades de investimento, é fundamental que os projetos de investimento sejam geridos de forma eficaz e transparente, com uma identificação, preparação, definição de prioridades, gestão dos riscos e integração cuidadosas nas estratégias de médio prazo e nos quadros de financiamento. Além disso, as medidas tomadas durante a pandemia para aumentar a transparência dos contratos públicos (incluindo informações sobre os beneficiários efetivos) devem manter-se, a fim de mitigar o risco de corrupção.
- **Acompanhar os riscos orçamentais para evitar surpresas negativas.** Muitos países devem centrar-se especialmente na transparência e na reforma da gestão das empresas públicas (África do Sul, Quênia).

Os países devem também **adotar cenários orçamentais de médio prazo credíveis** para assegurar que existem recursos suficientes para satisfazer as obrigações do serviço da dívida e as maiores necessidades de despesa. Ao aumentar a confiança na sustentabilidade das finanças públicas, planos orçamentais credíveis podem reduzir os custos de endividamento em até 40 pontos base (*Fiscal Monitor de outubro de 2021*). Mesmo os países sem acesso ao mercado beneficiam da credibilidade das finanças públicas, ao atrair mais investimento privado e promover a estabilidade macroeconómica.

O reforço da capacidade de gestão da dívida é também uma prioridade importante. As vulnerabilidades da dívida podem ser eficazmente reduzidas através de estratégias credíveis no médio prazo em matéria de dívida e de uma gestão proativa dos passivos, bem

como através da melhoria do relato, da transparência e da comunicação da dívida. Por exemplo, em muitos países, os dados relativos à dívida pública continuam a estar incompletos ou a ser ocultados através de cláusulas de confidencialidade, o que limita a eficácia da gestão da dívida e dificulta potenciais reestruturações da dívida. Não obstante as melhorias significativas na gestão da dívida nos últimos anos, um relatório recente do Banco Mundial concluiu que 40% dos países de baixos rendimentos não publicam dados sobre a dívida soberana há mais de dois anos (Banco Mundial 2021).

A consolidação interna deve ser acompanhada por um apoio internacional...

Os esforços orçamentais locais não são suficientes para restabelecer simultaneamente posições orçamentais sustentáveis e satisfazer necessidades essenciais em matéria de despesa e investimento, dada a dimensão dos choques associados à pandemia prolongada e, agora, à guerra na Ucrânia. Para compensar as consequências negativas adicionais (especialmente de capital humano) e realizar novos progressos no sentido da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), **o apoio internacional à região continua a ser essencial.**

Os países da África Subsariana receberam USD 23 mil milhões de direitos de saque especiais (DSE) do FMI em 2021, o que contribuiu para reforçar as posições externas e apoiar necessidades urgentes de despesa. Por exemplo, vários países utilizaram parte da sua dotação de DSE para despesas sociais essenciais em necessidades relacionadas com a pandemia e em programas de educação (Chade, Gâmbia, Níger, Ruanda, Serra Leoa). Os países mais pobres e vulneráveis da região receberam também dois anos de alívio do serviço da dívida ao abrigo do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes, que terminou em abril de 2022. Em termos prospetivos, o G-20 comprometeu-se a **canalizar USD 100 mil milhões das suas detenções de DSE para países vulneráveis, especialmente em África.** Tal representará um importante contributo para as necessidades de liquidez de curto prazo da região e para o desenvolvimento no mais longo prazo. Os DSE podem ser canalizados através do Fundo Fiduciário para o Crescimento e a Redução da Pobreza do FMI ou do recém-criado Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade. Para assegurar uma boa utilização dos fundos nacionais e internacionais, os países devem aumentar ainda mais a transparência e a prestação de contas das suas finanças públicas.

Muitos envidaram esforços para melhorar o relato e as auditorias das despesas relacionadas com a Covid-19. Este dinamismo de reforma deve ser mantido, nomeadamente através da utilização de inovações digitais na gestão das finanças públicas.

No caso dos países com vulnerabilidades da dívida mais prementes e, em especial, dos Estados frágeis, o apoio orçamental direto através de donativos será crucial. O FMI publicou recentemente uma nova **estratégia abrangente para apoiar melhor os Estados frágeis e afetados por conflitos**. A estratégia reconhece o risco de os Estados frágeis e afetados por conflitos poderem estar a ficar para trás em relação a outros países na sua recuperação pós-pandemia e não conseguirem alcançar os ODS, a menos que os seus esforços para sair da situação de fragilidade sejam apoiados por ações coordenadas dos parceiros de desenvolvimento, incluindo o FMI (FMI 2022a).

... e por um quadro previsível e eficaz para reduzir a carga da dívida, quando necessário.

No caso de alguns países, o restabelecimento da sustentabilidade da dívida exigirá uma redefinição do perfil da dívida ou uma reestruturação direta da sua dívida pública. Reconhecendo que uma resolução atempada e ordenada da dívida é do interesse tanto dos devedores como dos credores, o G-20 deu um passo importante para facilitar a reestruturação da dívida externa oficial. O Quadro Comum reconhece que a composição dos credores oficiais dos países de baixos rendimentos é muito mais diversificada do que no passado e que um tratamento eficaz da dívida exige a reunião de todos os grandes credores oficiais. A importância da comparabilidade do tratamento entre todos os credores, incluindo os credores privados, continua a ser um requisito prévio para a resolução justa da dívida e um requisito de tratamento da dívida ao abrigo do Quadro Comum.

No entanto, o **Quadro Comum enfrentou desafios significativos em termos de implementação**. Até à data, os progressos têm sido lentos nos três países que solicitaram o tratamento da dívida ao abrigo do Quadro Comum (Chade, Etiópia, Zâmbia) e verificaram-se atrasos na obtenção de resultados tangíveis. Tal exige melhorias urgentes em várias dimensões:

- Em primeiro lugar, o Quadro Comum necessita de uma maior clareza sobre as medidas, as condições e o calendário para um alívio efetivo da dívida. Tal é importante para aumentar a previsibilidade

do processo e melhorar a coordenação entre os intervenientes para evitar negociações prolongadas. É igualmente necessário reforçar a participação dos países devedores e as suas interações com os credores.

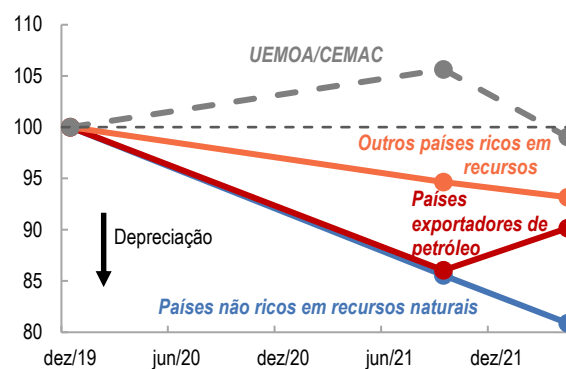
- Em segundo lugar, a fim de incentivar uma resolução mais rápida e uma participação mais ampla, os pagamentos do serviço da dívida devem ser suspensos a partir do momento em que um programa apoiado pelo FMI, em conformidade com o tratamento da dívida ao abrigo do Quadro Comum, seja acordado com o corpo técnico do FMI. Tal constituiria um incentivo para os países devedores solicitarem o tratamento da dívida e para os credores serem construtivos durante as negociações.
- Por último, são necessários mais esforços para garantir a comparabilidade do tratamento entre os vários credores. A coordenação de muitos detentores de obrigações, a navegação entre disposições contratuais e o tratamento com credores não cooperantes podem ser complexos, em especial nos países de baixos rendimentos com uma capacidade de gestão da dívida mais fraca.

III. Gerir o ajustamento das taxas de câmbio

A pandemia e a recente restritividade financeira mundial pesaram sobre as taxas de câmbio da África Subsariana...

De um modo geral, a crise da Covid-19 enfraqueceu as taxas de câmbio da região. Durante o primeiro ano e meio da pandemia, as taxas de câmbio registaram uma depreciação de, em média, 10% face ao USD (Gráfico 21), em linha com a elevada aversão ao risco

Gráfico 21. África Subsariana: Taxas de câmbio, 2019–22
(face ao USD, índice nominal, final de 2019 = 100)



Fontes: Bloomberg Finance L.P.; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

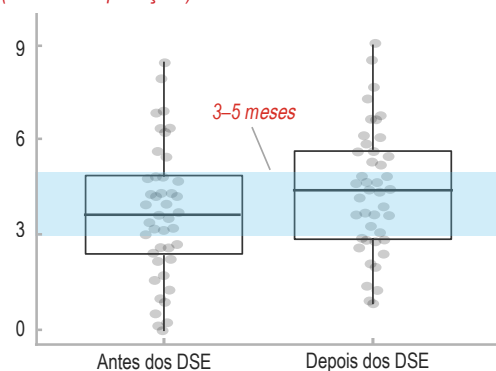
e à volatilidade dos preços das matérias-primas e dos fluxos de capitais. No entanto, os movimentos cambiais divergiram muito de país para país e apresentaram uma volatilidade considerável. O rand da África do Sul, por exemplo, depreciou-se fortemente no início da crise, mas recuperou a maior parte dessas perdas no ano seguinte. Os países com paridades fixas face a um euro fortalecido (Cabo Verde, CEMAC, Comores, São Tomé e Príncipe, UEMOA) são também uma exceção a salientar, uma vez que as suas taxas de câmbio se apreciaram face ao USD.

A restritividade das condições financeiras mundiais nos últimos meses intensificou as pressões cambiais na maioria dos países. Os países exportadores de petróleo constituem uma exceção importante. A título de exemplo, no último trimestre de 2021, a moeda angolana registou o seu maior ganho desde 1999, apoiada pelo aumento dos preços do petróleo, uma melhoria da notação de crédito e uma restritividade significativa da política monetária. Nos países com paridade com o euro, a apreciação do ano anterior face ao USD foi, em grande medida, anulada.

... e deixaram a maioria dos países com margens de acumulação de reservas limitadas.

Os esforços para compensar as pressões cambiais em 2021 conduziram a uma diminuição das reservas em vários países. Neste contexto, a atribuição de DSE de 2021 foi muito oportuna, reforçando as posições externas dos países, para além de disponibilizar recursos para programas de despesas urgentes. No entanto, numa grande parte da África Subsariana, **os níveis de reservas ainda não são suficientes** (Gráfico 22). Por exemplo, muitos países estão ainda aquém do padrão de referência de cobertura

Gráfico 22. África Subsariana: Reservas internacionais, 2021 (meses de importações)



Fontes: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: DSE = direitos de saque especiais.

das importações – não existe um quadro único para avaliar a adequação das reservas, mas a cobertura das importações é, com frequência, o principal motivo para a manutenção de reservas na região e 3 a 5 meses é um padrão comum (Shanz 2019; Jeanne e Sandri 2020).

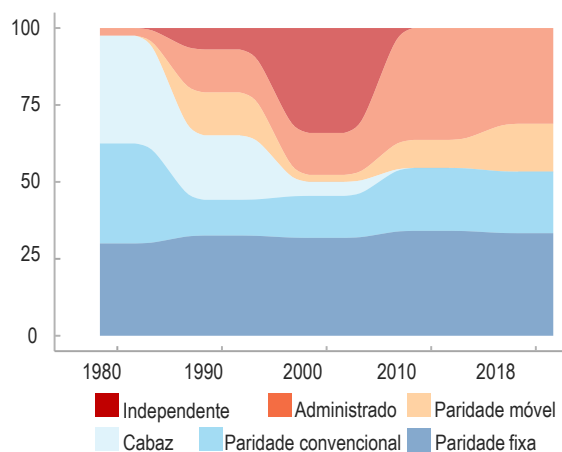
Condições financeiras mais restritivas a nível mundial e reservas limitadas complicarão os compromissos de política económica nos países com regimes de paridade fixa e regimes de câmbio flexível.

Os regimes cambiais da região variam consideravelmente e evoluíram ao longo do tempo (Gráfico 23) de forma consistente com um resultado geral de não existir **um regime único que seja sempre preferido para todos os países**. Na África Subsariana, metade das economias da região mantém um regime de paridade das taxas de câmbio e a outra metade mantém regimes mais flexíveis. A intervenção é relativamente comum nestes últimos, com uma tendência para mais quadros de flutuação administrada nos anos que se seguiram à crise financeira mundial.

Nos países com regimes de paridade fixa, a política cambial terá de continuar centrada na procura da combinação adequada de políticas (incluindo política monetária e orçamental) coerente com a **manutenção da credibilidade da paridade**. Tal poderá envolver a adoção de medidas para compensar uma erosão sustentada das reservas, por exemplo, através de uma política macroeconómica mais restritiva, apesar das perspetivas económicas ainda fracas.

Nos países com regimes mais flexíveis, **alguma depreciação adicional pode ajudar a atenuar os efeitos**

Gráfico 23. África Subsariana: Regime cambial, 1980–2018 (Classificação de facto, percentagem de países)



Fontes: Base de dados do Relatório Anual sobre Regimes e Restrições Cambiais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

da **restritividade financeira mundial**. No entanto, os benefícios da flexibilidade são frequentemente circunscritos, em especial em períodos de turbulência mundial. Por exemplo, desfasamentos do balanço, mercados financeiros superficiais e oportunidades de cobertura limitadas podem aumentar o potencial impacto da volatilidade das taxas de câmbio na estabilidade financeira. Além disso, quando a repercussão da taxa de câmbio nos preços internos é elevada, a inflação importada representa um desafio adicional para a política monetária dado o risco de desancorar as expectativas inflacionistas e de comprometer a credibilidade do quadro de política monetária das autoridades.

Por conseguinte, mesmo nos países com regimes flexíveis, **as reservas continuarão a ser uma parte integrante do conjunto de instrumentos de política das autoridades**, uma vez que proporcionam o espaço de política para manter os preços internos e a estabilidade financeira face a grandes oscilações cambiais. Contudo, com menos margem de manobra, muitos decisores políticos terão de utilizar cuidadosamente os seus recursos à medida que esses choques se materializam.

Nos países com reservas limitadas, as autoridades ofereceram, por vezes, taxas favoráveis, incluindo a setores específicos. **Mas o mercado paralelo de moeda estrangeira daí resultante** (Nigéria, Zimbabué) **pode pesar sobre o crescimento**, distorcendo o investimento, encorajando o comportamento rentista e aumentando a incerteza. A decisão de regressar a um quadro mais unificado é muitas vezes difícil, mas a experiência sugere que a transição para uma taxa oficial de compensação do mercado não é, por si só, suscetível de conduzir a um aumento acentuado da inflação, uma vez que os preços na economia real tendem a refletir a taxa de câmbio paralela menos favorável; acresce que a eliminação das distorções de mercado pode dar um impulso substancial ao desenvolvimento, reduzindo a incerteza e reforçando a competitividade (Gray 2021). A este respeito, a reforma cambial levada a cabo no Sudão do Sul no ano passado conduziu a uma apreciação significativa da taxa do mercado paralelo, o que ajudou a reduzir a inflação e a isolar o país do aumento dos preços dos produtos alimentares a nível mundial.

Qual o papel da intervenção cambial?

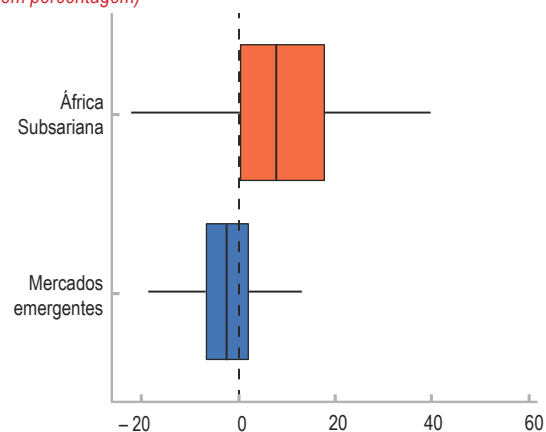
A análise do corpo técnico do FMI sugere que **a intervenção cambial pode ter um papel a desempenhar no conjunto de instrumentos de política dos países da África Subsariana, mas esta deve ser cuidadosamente**

ponderada, tendo em conta o contexto político complexo da região. Com efeito, para a maioria dos países, os argumentos a favor ou contra a intervenção raramente são simples (FMI 2022).

Por um lado, os mercados superficiais, a credibilidade tendencialmente fraca da política monetária e os elevados passivos cambiais são características comuns em toda a região, o que implica que grandes movimentos cambiais podem induzir a desancoragem das expectativas de inflação e comprometer a estabilidade financeira. Em tais circunstâncias, a flexibilidade cambial pode funcionar como amplificador de choques e não como amortecedor de choques. Além disso, a fixação de preços dominantes em moeda estrangeira, em que tanto as exportações como as importações são fixadas numa moeda estrangeira, implica que o papel de amortecedor de choques é, em muitos casos, enfraquecido, uma vez que os movimentos cambiais induzem menos reorientação das despesas, embora a relevância quantitativa deste aspeto ainda esteja em análise. **A intervenção para atenuar a volatilidade indevida das taxas de câmbio poderá, por conseguinte, constituir um complemento útil ao conjunto de instrumentos de política**, sujeito à disponibilidade de reservas.

Por outro lado, a região está relativamente exposta a choques reais persistentes, o que sugere que **a intervenção poderá nem sempre ser a resposta de política apropriada**. Acresce que com a sobrevalorização das moedas em muitos países (Gráfico 24), **os esforços sustentados para resistir à pressão descendente correm o risco de apoiar políticas insustentáveis** e posições externas fracas.

Gráfico 24. Países selecionados: Sobreavaliação da taxa de câmbio, 2017–20
(em percentagem)



Fontes: Relatórios e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base nas avaliações do corpo técnico do FMI das taxas de câmbio efetivas reais, excluindo moedas com paridade fixa.

Por último, em alguns países o âmbito de intervenção para evitar movimentos cambiais excessivos está limitado pelas reservas reduzidas. Nestes casos, as autoridades poderão não ter outra opção senão restringir a política monetária.

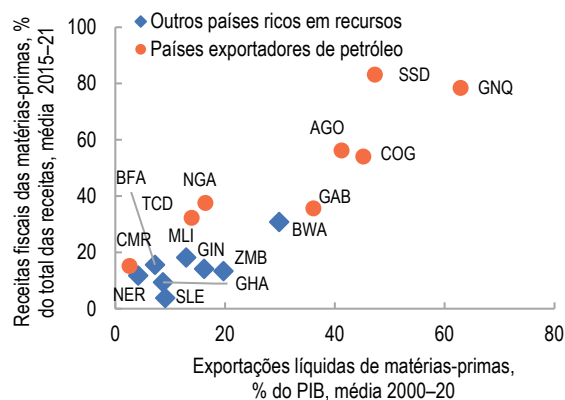
DEPOIS DA CRISE: REFORÇAR A RESILIÊNCIA E AUMENTAR O CRESCIMENTO POTENCIAL SERÁ FUNDAMENTAL

Para além das prioridades de política imediatas, o reforço da resiliência e o aumento do crescimento potencial exigem uma agenda de reformas ambiciosa para promover a diversificação económica e libertar o potencial do setor privado – por exemplo, através da integração do comércio regional, de canais de financiamento inovadores e da digitalização – e enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas.

Promover a diversificação

Muitos países da região continuam altamente dependentes das exportações de matérias-primas (Gráfico 25). Por exemplo, em alguns países, as exportações de petróleo ultrapassam os 40% do PIB (Guiné Equatorial, República do Congo, Sudão do Sul). Para além do petróleo, 15 países são grandes exportadores de outras matérias-primas, como minério de ferro e cobre. Os países exportadores de petróleo e outros países ricos em recursos representam, em

Gráfico 25. África Subsaariana: Exportações e receitas fiscais das matérias-primas



Fontes: Nações Unidas, base de dados COMTRADE; Banco da Serra Leoa; FMI, base de dados do *World Economic Outlook*; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Ver na página 31 a lista de abreviaturas dos países.

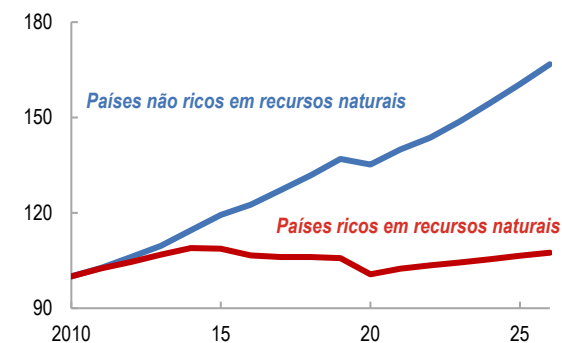
conjunto, mais de 70% do PIB da região. Para além de representarem uma grande percentagem do PIB dos países, as matérias-primas contribuem de forma muito significativa para as receitas orçamentais. Por exemplo, as matérias-primas asseguram mais de 50% das receitas orçamentais totais em vários países exportadores de petróleo.

A dependência dessas exportações torna os países altamente vulneráveis às flutuações dos preços das matérias-primas. Os países dependentes das matérias-primas foram dos mais afetados no início da pandemia, altura em que os preços do petróleo atingiram níveis mínimos históricos. A forte recuperação recente dos preços desses produtos pode proporcionar um alívio temporário aos países ricos em recursos, aumentando as receitas orçamentais e reforçando as perspetivas de crescimento. No entanto, até à data, a maioria dos países exportadores de petróleo não conseguiu impulsionar a produção, devido a preocupações de segurança e a anos de investimento insuficiente que se traduziram num declínio secular das quotas de mercado.

Para além de uma maior volatilidade macroeconómica, os países ricos em recursos registam um crescimento económico significativamente mais fraco. Por exemplo, o seu crescimento médio na década anterior à pandemia foi de cerca de 3,1%, consideravelmente inferior à taxa de 5,9% registada pelos países não ricos em recursos. Prevê-se que esta divergência se mantenha (Gráfico 26), agravando ainda mais as desigualdades regionais.

Promover a diversificação e o desenvolvimento de novas capacidades industriais é, por conseguinte, uma prioridade fundamental para os países exportadores de matérias-primas (Cherif et al., a publicar em breve). É necessário um vasto leque de ações de política para alcançar estes objetivos.

Gráfico 26. África Subsaariana: PIB real per capita, 2010–26 (índice, 2010 = 100)



Fonte: FMI, base de dados do *World Economic Outlook*.

- Políticas macroeconómicas credíveis e um ambiente de investimento favorável são fatores essenciais para garantir que o setor privado consegue tirar partido das novas oportunidades.
- As intervenções setoriais específicas podem ser úteis para incentivar a reafetação de recursos às atividades mais promissoras. Estas intervenções devem centrar-se na resolução das deficiências de política, que podem incluir um quadro regulamentar pesado, tarifas elevadas sobre fatores de produção críticos, uma taxa de câmbio sobreavaliada, infraestruturas inadequadas ou uma força de trabalho com qualificações insuficientes; e falhas do mercado, que envolvem, em geral, um estrangulamento ou externalidade específico do setor, em que as empresas não internalizam plenamente os possíveis benefícios de potenciais medidas. A experiência mostra que os subsídios específicos a projetos de infraestruturas e de investigação e desenvolvimento, e o apoio a incubadoras de empresas, costumam produzir bons resultados. No entanto, medidas ligadas ao comércio, investimentos estratégicos das empresas públicas e o crédito dirigido muitas vezes são arriscados, e por vezes estimulam um comportamento rentista. Por conseguinte, as intervenções específicas têm mais chances de serem bem-sucedidas quando a governação e a capacidade administrativa são sólidas, e quando as intervenções são complementadas por reformas no conjunto mais amplo da economia.
- A experiência transnacional mostra que, de um modo geral, as intervenções específicas bem-sucedidas são acompanhadas de uma maior responsabilização, nomeadamente através de metas de desempenho específicas, da promoção da concorrência e de uma ênfase na orientação para a exportação.

Várias histórias de sucesso na África Subsariana podem inspirar esforços para melhorar a diversificação económica (*Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* de outubro de 2017, capítulo 3). A título de exemplo, nos últimos 30 anos, as Maurícias conseguiram evoluir de uma economia de monocultura para um país de rendimento médio-elevado competitivo. O Ruanda lançou um ambicioso programa de investimento em infraestruturas e educação e registou a deslocação mais rápida da região da força de trabalho da agricultura para uma atividade de maior valor acrescentado.

Integração do comércio regional reforçada

O recente lançamento da **Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)** constitui um marco no sentido de uma integração regional mais profunda. Este acordo tem o potencial para eliminar os direitos aduaneiros sobre 90% dos fluxos de comércio intrarregional existentes (com um aumento estimado do comércio intrarregional de cerca de 15-25% no médio prazo) e, de forma decisiva, para reduzir as barreiras não tarifárias que continuam a comprometer a competitividade regional (*Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* de abril de 2019, capítulo 3). Uma integração mais profunda fomentaria os rendimentos, criaria postos de trabalho, catalisaria o investimento direto estrangeiro e facilitaria o desenvolvimento de cadeias de fornecimento regionais. A ZCLCA terá de ser rapidamente implementada e complementada por um ambiente macroeconómico propício e por uma série de reformas estruturais para realizar todo o seu potencial.

A integração regional beneficiaria igualmente da digitalização dos processos comerciais, da promoção de sistemas de comércio sem papel e do alinhamento de múltiplos quadros comerciais regionais que se sobrepõem, através da normalização regulamentar e da aplicação da legislação. O **Sistema Pan-Africano de Pagamentos e Liquidação** recentemente lançado constitui também um passo importante na operacionalização da ZCLCA, uma vez que facilita as transações entre mais de 40 moedas em todo o continente. O sistema poderia reduzir substancialmente os riscos associados à dependência de moedas de terceiros e tornar os pagamentos intrarregionais mais fáceis, mais rápidos e menos dispendiosos.

A integração do comércio beneficiará grandemente a região, mas os **benefícios e os custos não serão repartidos uniformemente** entre os países e no seio dos mesmos. Por exemplo, os países menos integrados nas cadeias de valor regionais e mundiais podem ter menos benefícios (*Perspetivas Económicas Regionais: Ásia e Pacífico* de outubro de 2021). Para tirar pleno partido do potencial da ZCLCA e assegurar um crescimento inclusivo, os decisores políticos têm de estar preparados para proporcionar redes de segurança adequadas e oportunidades de reconversão profissional para os trabalhadores em setores que possam ser negativamente afetados.

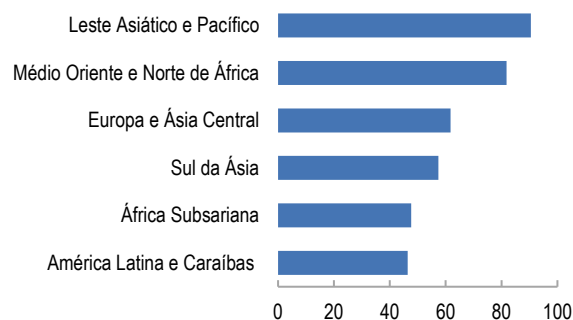
Incentivar canais de financiamento mais inovadores para impulsionar o investimento

Os países da África Subsaariana **necessitam de um financiamento considerável para colmatar o déficit de infraestruturas e cumprir os ODS**. Será essencial catalisar o financiamento privado tendo em conta os elevados níveis de dívida e a reduzida mobilização de receitas. O continente oferece enormes oportunidades aos investidores privados. Tem uma população jovem e em crescimento, recursos naturais abundantes, grandes mercados e um enorme potencial de transformação digital. Ainda assim, os retornos ajustados ao risco dos projetos na África Subsaariana são, com frequência, considerados menos atrativos do que noutras regiões.

Para mobilizar o financiamento privado, os governos devem assegurar melhorias sustentadas no ambiente de investimento e na estabilidade macroeconómica, incluindo um acesso previsível às reservas cambiais. Além disso, devem explorar **soluções inovadoras para melhorar os perfis de risco/rendimento**, proporcionando, por exemplo, incentivos públicos para financiar projetos de infraestruturas (Eyraud et al. 2021). Até 80-90% dos projetos de infraestruturas recebem apoio governamental em algumas regiões, mas tal acontece com menor frequência na África Subsaariana (Gráfico 27). Os países de rendimentos médios com capacidade e instituições estatais relativamente sólidas e com acesso ao mercado (Gana, Quênia, Senegal) estão particularmente bem posicionados para atrair financiamento privado. O seu conjunto de projetos suscetíveis de financiamento bancário está, muitas vezes, suficientemente desenvolvido e muitos projetos têm uma dimensão crítica que os torna atraentes aos investidores. Quadros institucionais, jurídicos e de governação apropriados são indispensáveis para proteger os balanços do setor público dos riscos ligados ao financiamento de projetos.

Os bancos multilaterais de desenvolvimento, as instituições de financiamento do desenvolvimento e outros parceiros de desenvolvimento podem desempenhar um papel fundamental para ajudar a atrair investimento privado. Instrumentos como o financiamento misto e as garantias podem alavancar fundos privados adicionais. No entanto, o apoio deve ser orientado, temporário e concedido com base em falhas de mercado comprovadas. Deve também ser transparente, deixar um risco suficiente para as entidades privadas e apresentar adicionalidade, o que significa que os incentivos devem fazer com

Gráfico 27. Regiões selecionadas: Parcela dos projetos de infraestruturas que recebe apoio do governo
(em percentagem)



Fonte: Banco Mundial, base de dados Private Participation in Infrastructure Projects.

que valha a pena concretizar os projetos que, de outro modo, não se materializariam. Os bancos multilaterais de desenvolvimento e outros parceiros de desenvolvimento poderão também mobilizar mais financiamento através de capitais próprios, financiamento em moeda local e outros instrumentos de partilha de risco, a fim de reduzir o domínio do financiamento da dívida em moeda estrangeira e privilegiada.

A inovação digital pode reforçar a inclusão financeira e reduzir os custos

Vários países na região estão a considerar a possibilidade de adotar uma moeda digital do banco central (CBDC). A Nigéria já avançou com o lançamento da eNaira. As **CBDC podem oferecer vários benefícios**, reforçando, por exemplo, a inclusão financeira, diminuindo o custo das remessas e reduzindo a dependência de criptomoedas privadas que podem impedir a transmissão monetária e facilitar os fluxos ilícitos (Caixa 4). No entanto, **as CBDC também apresentam novos desafios e riscos**. Para tirar partido dos benefícios das CBDC, os países devem investir em infraestruturas digitais, desenvolver conhecimentos especializados nos bancos centrais e enfrentar os riscos de cibersegurança. Trata-se de um domínio complexo e em evolução, em que o equilíbrio entre benefícios e riscos depende das características de cada país.

Investir na adaptação às alterações climáticas e apoiar a transição ecológica é fundamental

As alterações climáticas estão a colocar grandes desafios à África Subsaariana – uma região que pouco contribuiu para o aumento das temperaturas globais, mas que terá de suportar os maiores encargos devido à sua exposição

a catástrofes relacionadas com o clima e dependência da agricultura pluvial. Por conseguinte, o **investimento na adaptação é de importância crucial**. Por exemplo, o investimento em infraestruturas resilientes às alterações climáticas, uma melhor irrigação, melhores variedades de sementes e sistemas de saúde reforçados podem proporcionar grandes ganhos.

No entanto, os esforços de mitigação a nível mundial são também fundamentais para a região. **A transição ecológica oferece oportunidades importantes de diversificação e criação de emprego**. A África Subsariana tem um potencial ímpar de energias renováveis e uma abundância de minerais essenciais para a transição.

O financiamento da adaptação e o aproveitamento das oportunidades disponibilizadas pela transição ecológica exigirão investimentos significativos, pelo que **o apoio da comunidade internacional será essencial**. Na Conferência do Clima das Nações Unidas de 2021 (COP 26), o Grupo Africano de Negociadores indicou que, a partir de 2025, seria necessário um mínimo de USD 100 mil milhões por ano ao longo da próxima década e meia para investimentos em infraestruturas para aumentar a resiliência e reduzir as emissões.

As estimativas do FMI sugerem que a adaptação às alterações climáticas, por si só, custará até USD 50 mil milhões por ano, o equivalente a cerca de 3% do PIB regional.

Os esforços de política devem também ser orientados para **assegurar que a transição “verde” seja também uma transição justa**, assegurando, por exemplo, que os impostos sobre o carbono e a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis não constituem desafios em termos de acessibilidade dos preços para os segmentos mais vulneráveis da população. A transição dos trabalhadores para os setores verdes exigirá também investimentos em novas competências e proteção social adequada. Para o efeito, uma parceria inovadora recente entre a África do Sul e um grupo de economias avançadas, anunciada na COP 26, visa acelerar a descarbonização, apoiando simultaneamente os grupos vulneráveis². Além disso, uma vez que uma grande percentagem da população ainda não tem acesso a eletricidade, a transição deve ser acompanhada de um aumento constante do acesso a energia sustentável e a preços acessíveis. De acordo com a Agência Internacional da Energia, a redução do hiato de acesso nos países da África Subsariana exigirá um investimento anual estimado de USD 28 mil milhões até 2030.

² Para mais informações, consulte a Declaração de Política sobre a Transição Energética Justa na África do Sul: <https://ukcop26.org/political-declaration-on-the-just-energy-transition-in-south-africa/>.

CAIXA 1. UM ANO DEPOIS: A CAMPANHA DE VACINAÇÃO NA ÁFRICA SUBSARIANA

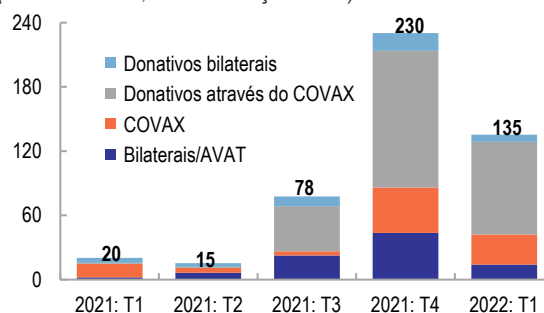
A vacinação contra a Covid-19 continua a ser baixa na África Subsariana devido, inicialmente, a uma oferta limitada e, mais tarde, a desafios logísticos. No início de abril, apenas 12,2% da população da África Subsariana estava totalmente imunizada, por comparação com 64% nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento e 74% nas economias avançadas. Apenas cinco países da região (Botsuana, Cabo Verde, Maurícias, Ruanda e Seicheles) alcançaram a meta proposta pelo FMI de cobertura de 40% da população até ao final de 2021. Os problemas com a oferta limitada de vacinas atenuaram-se desde que a Índia começou novamente a exportar vacinas em outubro de 2021¹, e as economias avançadas aceleraram o ritmo dos donativos de doses a nível bilateral, bem como através do Mecanismo de Acesso Mundial às Vacinas contra a Covid-19 (COVAX) (Gráfico 1.1). No entanto, vários desafios do lado da oferta poderão prolongar-se ao longo de grande parte de 2022, incluindo atrasos no fabrico de vacinas nos países em desenvolvimento devido às negociações em curso sobre o levantamento dos direitos de propriedade intelectual na Organização Mundial do Comércio, à escassez de material médico (por exemplo, seringas) e ao donativo de doses com uma validade curta. Nos países nos quais as restrições à oferta não são limitativas, o foco foi colocado na satisfação das necessidades de infraestruturas do sistema de saúde (por exemplo, transporte, armazenamento na cadeia de frio, locais de vacinação, pessoal médico qualificado e equipamento médico auxiliar, como seringas e equipamento de proteção individual), e no lançamento de campanhas de comunicação para maximizar a aceitação das vacinas. Este aspeto é particularmente difícil nos países com grandes populações rurais e infraestruturas de saúde rurais limitadas.

As campanhas de vacinação bem-sucedidas na região foram marcadas por uma preparação e coordenação eficazes e por fontes de vacinas diversificadas. Quando as vacinas começaram a chegar, em março de 2021, os países com as atuais taxas de vacinação elevadas tinham concluído 38% das componentes do pilar de preparação para a vacinação, conforme avaliado pelo Banco Mundial, por comparação com 24% noutros países. Por exemplo, o Gana tornou-se o primeiro país da África Subsariana a receber uma entrega do COVAX em fevereiro de 2021 e conseguiu administrar metade desse fornecimento inicial no prazo de 10 dias, devido à formação do pessoal e a exercícios de simulação realizados antes do início da campanha. A continuação da colaboração entre funcionários do setor da saúde,

funcionários governamentais e o setor privado para se adaptar e enfrentar os desafios foi também crucial para o sucesso da campanha (por exemplo, Botsuana, Cabo Verde e Ruanda). Por último, os países com campanhas de vacinação bem-sucedidas apoiaram-se numa carteira de vacinas mais diversificada proveniente de vários fornecedores (fabricantes de vacinas, COVAX, Fundo Africano de Aquisição de Vacinas e doadores bilaterais), o que os ajudou a mitigar os riscos de fornecimento nos primeiros dias de produção e distribuição de vacinas.

Estão em curso iniciativas regionais de fabrico de vacinas que podem ajudar a reduzir a exposição de África a futuros choques sanitários. Os acordos de licenciamento e de transferência de tecnologia asseguraram uma solução de curto prazo para atenuar a escassez da oferta de vacinas ao longo de 2021. Por exemplo, a *Aspen Pharmacare* na África do Sul começou a fornecer a vacina da Johnson & Johnson em julho de 2021. Mas uma solução de mais longo prazo implica a criação de um ecossistema sustentável para a produção local de vacinas que exige equipamento especializado, uma mão-de-obra altamente qualificada, um ambiente de investimento propício e uma procura previsível e estável de vacinas dos países africanos. Foram criadas ou estão em preparação algumas instalações de produção de vacinas contra a Covid-19 em quatro países da África Subsariana (África do Sul, Gana, Ruanda e Senegal). A título de exemplo, está a ser construída uma nova instalação de fabrico de vacinas (com a assistência financeira dos EUA, da UE e de outros parceiros) no *Institut Pasteur de Dakar*, no Senegal, que será uma das primeiras fábricas a integrar todo o processo de produção no continente.

Gráfico 1.1. África Subsariana: Distribuição de vacinas, 2021–22
(milhões de doses, em 31 de março de 2022)



Fontes: Airfinity; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Bilaterais refere-se a doses recebidas diretamente dos fabricantes de vacinas. Donativos através do COVAX refere-se às doses doadas pelas economias avançadas e canalizadas através do mecanismo COVAX. AVAT = Fundo Africano de Aquisição de Vacinas, COVAX = Mecanismo de Acesso Mundial às Vacinas contra a Covid-19.

Esta caixa foi elaborada por Shushanik Hakobyan.

¹ As restrições à exportação do Serum Institute da Índia, um dos principais fornecedores do mecanismo COVAX, desestabilizou a entrega de vacinas de abril a junho de 2021 e mergulhou no caos as campanhas de vacinação dos países que dependiam principalmente do COVAX.

CAIXA 2. VULNERABILIDADE DA ÁFRICA SUBSARIANA A CHOQUES EXTERNOS

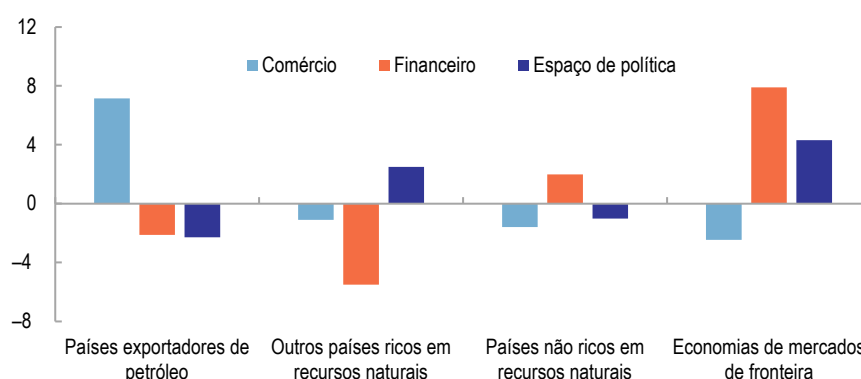
É provável que os recentes choques internacionais tenham implicações significativas para as perspetivas macroeconómicas na África Subsariana. Nomeadamente, a atual restritividade da política monetária dos EUA está a agravar as condições de financiamento externo. Além disso, a guerra na Ucrânia e a redução das exportações de petróleo da Rússia estão a provocar pressões inflacionistas em todo o mundo devido ao seu impacto nos preços dos produtos energéticos e alimentares.

A exposição a choques externos varia entre os países da África Subsariana. Três fatores determinam em que medida os países são vulneráveis a choques: a força das relações comerciais com a economia mundial, o grau de integração com os mercados financeiros internacionais e a disponibilidade de margens de manobras das políticas para responder a choques, como as reservas internacionais acumuladas. Tendo em conta os diferentes grupos de países da África Subsariana, os países exportadores de petróleo são altamente vulneráveis a choques externos devido a um forte canal comercial (Gráfico 2.1). Outros países ricos em recursos tendem a estar menos expostos a choques externos devido a uma baixa integração financeira. Os países não ricos em recursos estão também relativamente isolados de choques externos graças a uma menor integração do

comércio. As economias de mercados de fronteira são particularmente vulneráveis às condições internacionais, uma vez que estão mais integradas através de ligações financeiras e dispõem de margens de manobra das políticas inferiores à média para fazer face a choques adversos.

Para quantificar o impacto dos diferentes choques externos no crescimento do PIB na África Subsariana, foi utilizado um modelo de vetor autorregressivo multinacional global (GVAR). Este modelo incluía: 1) variáveis internas (PIB real, taxa de inflação, taxa de juro, taxa de câmbio), 2) variáveis estrangeiras específicas de cada país, que são médias ponderadas transversais das variáveis internas de outros países, e 3) a variável mundial (taxa de juro dos EUA a 10 anos, preço do petróleo)¹. O comércio bilateral médio (2016–18) foi utilizado para elaborar a matriz de ponderação necessária para criar as variáveis estrangeiras. Utilizando dados anuais (1980–2021) relativos a 71 países, incluindo a maioria dos países da África Subsariana, foram simulados dois choques: 1) um choque positivo na taxa de juro dos EUA, que reflete a atual restritividade monetária no país, e 2) um choque positivo dos preços do petróleo, tal como registado nos últimos meses. Foram utilizadas restrições de sinais para identificação, presumindo um ritmo mais lento da atividade económica mundial devido

Gráfico 2.1. África Subsariana: Vulnerabilidade a choques externos por canais e amortecedores
(pontuação em percentil menos a média da África Subsariana)



Fontes: Haver Analytics; e estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: Variáveis utilizadas para definir os canais: o comércio inclui i) as exportações em percentagem do PIB, ii) as importações em percentagem do PIB; o setor financeiro inclui i) os fluxos de entrada brutos de capitais privados em percentagem do PIB, ii) a dívida externa em percentagem do PIB, iii) a dívida externa de curto prazo em percentagem da dívida externa total e iv) não IDE em percentagem dos fluxos de entrada de capitais privados; o espaço de política inclui: i) as reservas em percentagem do PIB (invertidas), ii) a dívida pública bruta em percentagem do PIB e iii) a inflação. Dados de 2019 ou ano mais recente. Todas as pontuações são percentis em todos os outros mercados emergentes e economias em desenvolvimento normalizadas como desvios em relação à média da África Subsariana. As barras representam a média não ponderada para os grupos de países excluindo o Sudão do Sul.

Esta caixa foi elaborada por Hany Abdel-Latif e Marijn Bolhuis.

¹ As estimativas são baseadas em dados anuais para a maioria dos países da África Subsariana. O uso de dados trimestrais para um pequeno grupo de países da África Subsariana não altera os resultados das estimativas de forma significativa.

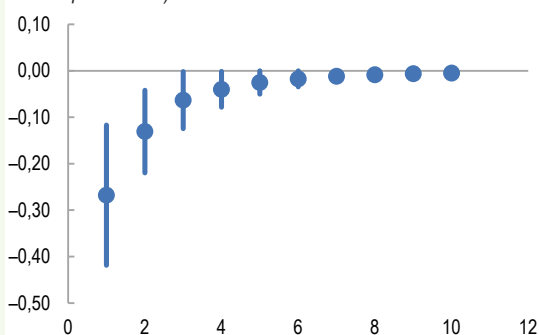
Caixa 2, conclusão

à maior restritividade da política monetária dos EUA e a uma inflação mais elevada resultante do aumento dos preços do petróleo.

Uma maior restritividade da política monetária dos EUA e um aumento dos preços dos produtos energéticos podem afetar gravemente o crescimento económico na África Subsaariana. Um aumento inesperado de 25 pontos base na taxa dos EUA a 10 anos está associado a uma descida média

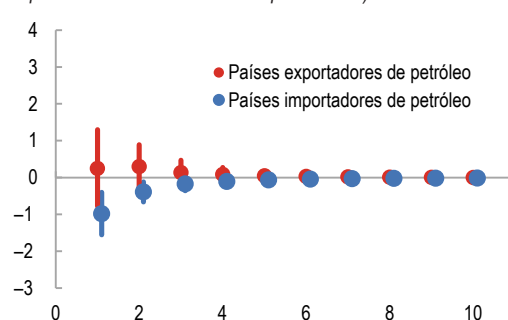
do PIB real regional de cerca de 0,25 ponto percentual no primeiro ano, uma vez que taxas mais elevadas diminuíram o crescimento e a procura por parte dos parceiros comerciais (Gráfico 2.2). Um aumento de 10 pontos percentuais dos preços do petróleo conduzirá a uma descida média do crescimento regional de 0,5 ponto percentual (Gráfico 2.3). O impacto também varia consoante os subgrupos de países – um choque positivo dos preços do petróleo afeta mais os importadores de petróleo.

Gráfico 2.2. África Subsaariana: Resposta do PIB à restritividade da política monetária dos EUA
(aumento de 25 p.b. da taxa dos EUA, respostas de crescimento médias ponderadas)



Fontes: Haver Analytics; e estimativas do corpo técnico do FMI.
Nota: Os pontos indicam as estimativas médias em que a gama indica intervalos de confiança de 95%.

Gráfico 2.3. África Subsaariana: Resposta do PIB ao aumento dos preços do petróleo
(aumento de 10 pontos percentuais dos preços do petróleo, respostas de crescimento médias ponderadas)



Fontes: Haver Analytics; e estimativas do corpo técnico do FMI.
Nota: Os pontos indicam as estimativas médias em que a gama indica intervalos de confiança de 95%.

CAIXA 3. CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS DOS CONFLITOS NA ÁFRICA SUBSARIANA

A África Subsariana registou um aumento acentuado da incidência de conflitos nos últimos anos. Mais recentemente, a violência aumentou na região do Sahel e na República Centro-Africana, e a insatisfação política e o agravamento da insegurança contribuíram para um aumento dos golpes militares (Burquina Faso, Guiné e Mali) (Gráfico 3.1). Estes desenvolvimentos resultam de uma combinação de fatores comuns (sistemas políticos fracos, tensões intercomunitárias, má governação, prestação de serviços deficiente) e de fatores desencadeadores específicos de cada país (tensões eleitorais, desafios em matéria de segurança). Em consequência, o aumento da despesa com segurança está a travar as finanças públicas, ao passo que as rotas comerciais sujeitas a perturbações, as infraestruturas danificadas, as pessoas deslocadas, as instituições enfraquecidas, o turismo paralisado e um ambiente de negócios menos propício estão a pesar sobre a atividade económica.

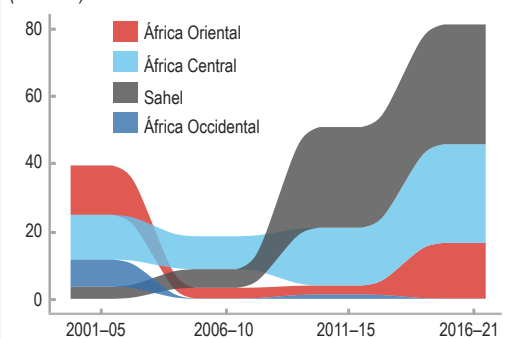
Os conflitos impõem elevados custos sociais e económicos. As estimativas do corpo técnico do FMI para a África Subsariana sugerem que os conflitos ativos tendem a diminuir o crescimento anual em 2,5 pontos percentuais por ano nos países diretamente afetados (*Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* de abril de 2019, capítulo 2). Nas três últimas décadas, tal traduziu-se numa perda de cerca de 0,75% do PIB por ano ao nível da região (Gráfico 3.2). No entanto, com o recente aumento da incidência de

conflitos, esta estimativa de perda de produto aumentou para quase 1,5%. Acresce que a redução das receitas fiscais, o aumento da dívida pública e maiores despesas militares complicam o ambiente de políticas que as autoridades locais têm de enfrentar, o que compromete a estabilidade macroeconómica e o crescimento no mais longo prazo.

Os conflitos têm também um impacto negativo claro e direto nos objetivos de desenvolvimento, como a pobreza e a fome, o nível de escolaridade, a mortalidade infantil e o acesso a serviços essenciais. Podem, ademais, deixar cicatrizes sociais duradouras. Por exemplo, a exposição a conflitos na infância conduz a piores estados de saúde ao longo da vida, tanto para a geração afetada como para as gerações futuras. As perdas de capital humano resultantes de conflitos também reduzem a produtividade das pessoas ao longo da vida e diminuem a mobilidade socioeconómica, e a reintegração de combatentes desmobilizados muitas vezes constitui um desafio prolongado e uma fonte permanente de potencial instabilidade.

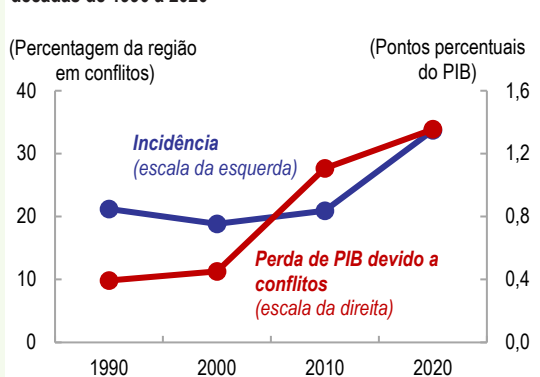
Os conflitos também geram repercussões negativas. A nível mundial, as estimativas sugerem que os países vizinhos suportam quase um quinto de todas as perdas de produto resultantes de conflitos globais (de Groot et al., 2022). O início de um conflito tem, em média, resultado numa queda acumulada das importações de quase 25% ao longo de cinco anos. Mas, talvez mais importante, os conflitos

Gráfico 3.1. África Subsariana: Mortes decorrentes de conflitos, 2001–21 (milhares)



Fontes: Uppsala Conflict Database; ACLED; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Gráfico 3.2. África Subsariana: Incidência e custo dos conflitos, décadas de 1990 a 2020



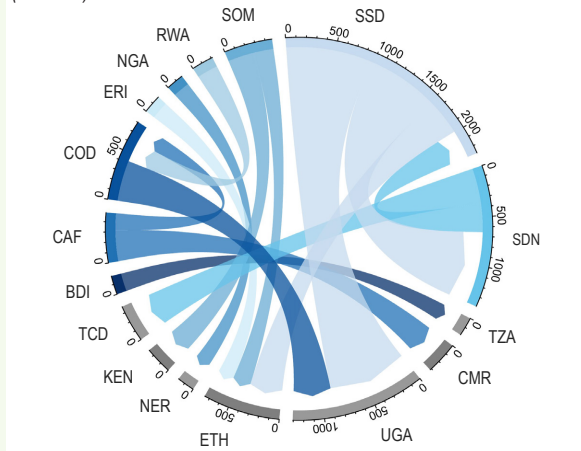
Fontes: Uppsala Conflict Dataset; ACLED; Penn World Tables; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Esta caixa foi elaborada por Marijn Bolhuis e Andrew Tiffin.

Caixa 3, conclusão

prolongados tendem a aumentar os riscos de segurança para os países vizinhos e a gerar fluxos de refugiados, que podem debilitar ainda mais as já esgotadas infraestruturas sociais dos países de acolhimento, contribuindo simultaneamente para as tensões sociais. Na África Subariana, o início de um conflito tem sido, historicamente, seguido por fluxos consideráveis de refugiados para os países vizinhos, que representam, com frequência, 2% da população do país de origem ao longo de um período de cinco anos (Gráfico 3.3).

Gráfico 3.3. África Subariana: Principais origens dos fluxos de refugiados na região, 2020
(milhares)



Fontes: Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas; e cálculos do corpo técnico do FMI.

CAIXA 4. MOEDAS DIGITAIS DE BANCOS CENTRAIS NA ÁFRICA SUBSARIANA

Muitos bancos centrais em todo o mundo – incluindo 13 na África Subsariana – estão atualmente a explorar a possibilidade de utilizar uma moeda digital do banco central (CBDC) para melhorar o seu sistema de pagamentos eletrónicos (Gráfico 4.1). Uma CBDC é uma versão digital de numerário que pode ser armazenada e transferida por via eletrónica e que é totalmente garantida pelo banco central emissor. Em outubro de 2021, a Nigéria tornou-se o primeiro país em África e o segundo no mundo, a seguir às Bahamas, a emitir uma moeda digital do banco central – a eNaira.

Potenciais benefícios e desafios

Uma CBDC envolve diversas vantagens possíveis.

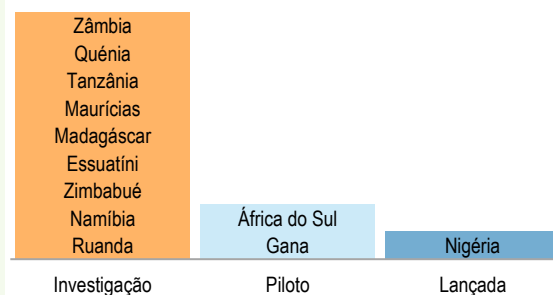
- *Promover a inclusão financeira.* Na África Subsariana, as CBDC podem disponibilizar serviços financeiros a pessoas anteriormente sem acesso a bancos ou com um acesso deficiente, permitindo transações digitais em locais remotos sem acesso à Internet a um custo mínimo ou nulo¹.
- *Facilitar as transferências e os pagamentos transfronteiras.* O custo médio do envio de remessas para a África Subsariana foi de 8% do montante das transferências em 2020. As CBDC podem tornar o envio de remessas mais fácil, mais rápido e mais barato, encurtando as cadeias de pagamento e criando uma maior concorrência entre os prestadores de serviços de envio de remessas. A maior rapidez na compensação dos pagamentos transfronteiras pode ajudar a promover a integração do comércio no seio da região e com o resto do mundo².
- *Proporcionar uma alternativa às criptomoedas.* A difusão de criptomoedas privadas coloca o risco de os cidadãos transferirem o seu dinheiro para esses ativos para facilitar as transações ou se perderem a confiança na moeda local, o que pode comprometer a transmissão da política monetária. Além disso, as criptomoedas podem constituir um canal para fluxos financeiros ilícitos. As CBDC poderão minimizar estes riscos oferecendo uma alternativa fiável e regulamentada às criptomoedas.

Esta caixa foi elaborada por Habtamu Fuje, Saad Quayyum e Franck Ouattara.

¹ Permitir que a população sem acesso a bancos (“não bancarizada”) ou com um acesso deficiente (“sub-bancarizada”) participe no sistema de pagamentos digitais pode também contribuir para uma diminuição da informalidade, o que, por seu turno, pode alargar a base de tributação e reforçar a arrecadação de receitas para o governo.

² A África do Sul, por exemplo, está a participar do Projeto Dunbar com os bancos centrais da Austrália, Malásia e Singapura para testar o uso de CBDC em pagamentos internacionais. A Comunidade da África Oriental está também a explorar o desenvolvimento de uma CBDC regional para modernizar o Sistema de Pagamentos da África Oriental.

Gráfico 4.1. África Subsariana: Situação das moedas digitais dos bancos centrais, 2022



Fonte: Central Bank Digital Currencies Tracker.

Nota: A Tanzânia e a CAO não foram incluídas no CBDC Tracker. As suas iniciativas encontram-se numa fase precoce de exploração.

- *Permitir um desembolso atempado e orientado das prestações de bem-estar social.* Se as CBDC forem largamente usadas pela população, nomeadamente pelas famílias de baixos rendimentos, poderá ser prestado um apoio social específico diretamente através das CBDC, em especial durante crises súbitas, como as desencadeadas pela pandemia de Covid-19 ou por catástrofes naturais.

A conceção e a adoção das CBDC devem abordar os seguintes desafios e riscos:

- *Integridade dos dados.* É fundamental que a CBDC seja fiável e proteja a privacidade dos consumidores. Os consumidores terão de confiar ao banco central uma grande quantidade de dados pessoais associados às transações e necessitam de ter a certeza de que estas informações estarão seguras e não serão utilizadas de forma abusiva.
- *Riscos e perturbações cibernéticas.* À semelhança de outras formas de moeda digital, as CBDC estão expostas ao risco de ciberataques. Por conseguinte, os bancos centrais têm de investir em programas de cibersegurança (PwC 2021; Mancini-Griffoli et al., 2018). Embora tal possa ser dispendioso, alguns dos custos podem ser compensados por custos mais baixos de gestão e distribuição de numerário, uma vez que se espera que as CBDC provoquem a redução da utilização de numerário.

Caixa 4, conclusão

- *Risco para a integridade financeira.* Os bancos centrais terão de adotar medidas apropriadas para assegurar o cumprimento da regulamentação em matéria de CBC/FT. Em muitos países, tal exigirá o reforço dos sistemas nacionais de identificação, de modo a que os requisitos de “conheça o seu cliente” possam ser mais facilmente aplicados sem pôr em causa a inclusão financeira.
- *Instabilidade do setor financeiro/bancário.* Os bancos centrais têm de ser cuidadosos para que as CBDC não perturbem o sistema bancário através de transferências significativas de fundos dos bancos comerciais para carteiras de CBDC, o que reduz a capacidade de financiamento bancário e de concessão de empréstimos.
- *Infraestruturas digitais e conhecimentos.* A adoção generalizada e a utilização efetiva de CBDC dependem da acessibilidade de infraestruturas digitais, como a conectividade telefónica e à Internet. Embora a África Subariana tenha realizado progressos significativos com a digitalização, ainda muito tem de ser feito. O desenvolvimento, a implementação e a supervisão das CBDC exigem igualmente uma capacidade técnica considerável dos bancos centrais.

Por conseguinte, antes de avançar com as CBDC, os bancos centrais da região terão de avaliar cuidadosamente os benefícios e ponderá-los face aos desafios e aos riscos, tendo em conta o contexto local e a capacidade interna. Para que as CBDC sejam bem-sucedidas devem também ser acompanhadas por políticas macroeconómicas e regulamentares sólidas que reforcem a confiança na moeda local. Além disso, a forma como as CBDC podem afetar a indústria privada próspera dos serviços de pagamentos digitais deve ser cuidadosamente ponderada e gerida, uma vez que alguns operadores podem ter uma importância sistémica.

A eNaira

A eNaira do Banco Central da Nigéria constitui um exemplo útil da forma como as CBDC podem funcionar na prática. Tem uma arquitetura de dois níveis, através da qual o Banco Central da Nigéria (CBN) emite a eNaira e as instituições financeiras envolvem diretamente os utilizadores para a distribuição, a facilitação dos pagamentos, a resolução de litígios e outras funções. Atualmente, todos os utilizadores têm de abrir e manter carteiras na plataforma eNaira e associar as suas contas bancárias às carteiras. As transferências podem ser efetuadas de contas bancárias para carteiras eNaira até um máximo diário e um limite acumulado. Os limites são estabelecidos para evitar um aumento súbito de transferências do sistema bancário para a plataforma eNaira, o que poderia desestabilizar o sistema bancário. Para abrir uma carteira, os utilizadores têm de descarregar a aplicação eNaira e indicar o seu número de verificação bancária. Este número ajuda a identificar os utilizadores finais e permite cumprir a regulamentação em matéria de integridade financeira. No final de janeiro, tinham sido descarregadas mais de 700.000 carteiras com um total de 9 milhões de transferências e pagamentos realizados utilizando a eNaira.

O CBN planeia permitir que os utilizadores sem conta bancária abram uma carteira eNaira apenas com o número de identificação nacional para a tornar mais acessível às pessoas sem acesso a bancos. Os utilizadores sem contas bancárias terão limites de transação inferiores para minimizar os riscos para a integridade financeira. O CBN prevê igualmente permitir que a diáspora nigeriana envie remessas através da plataforma eNaira. Para que este plano seja bem-sucedido é importante reforçar a confiança na moeda local e apoiar uma taxa de câmbio de compensação unificada do mercado. Por último, o CBN tenciona permitir o pagamento de impostos através da plataforma eNaira, o que poderá, potencialmente, melhorar a arrecadação de receitas.

Referências

- Agarwal, Ruchir e Gita Gopinath. 2021. “A Proposal to End the COVID-19 Pandemic.” IMF Staff Discussion Note 2021/004, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Aslam, Aqib, Habtamu Fuje e Henry Rawlings. 2021. “Jobs in Lockdown: Insights from Sub-Saharan Africa.” *IMF Special Series on COVID-19*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Banco Mundial. 2021. *Debt Transparency in Developing Countries*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Banco Mundial. 2022. *Global Economic Prospects*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Cherif, Reda et al. A publicar em breve. “Industrial Policy for Growth and Diversification: A Conceptual Framework.” Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Choi, Seung Mo. 2021. “Food Inflation in Sub-Saharan Africa.” IMFBlog (artigo), 6 de dezembro de 2021. <https://blogs.imf.org/2021/12/06/food-inflation-in-sub-saharan-africa/>.
- De Groot, Olaf J., Carlos Bozzoli, Anousheh Alamir e Tilman Brück. 2022. “The Global Economic Burden of Violent Conflict.” *Journal of Peace Research* (11 de fevereiro): <https://doi.org/10.1177/00223433211046823>.
- Dillon, Brian e Christopher B. Barrett. 2020. “Global Oil Prices and Local Food Prices: Evidence from East Africa.” *American Journal of Agricultural Economics* 98 (1): 154–71.
- Eyraud, Luc, Hilary Devine, Adrian Peralta Alva, Hoda Selim, Preya Sharma e Ludger Wocken. 2021. “Private finance for development: wishful thinking or thinking out of the box?” IMF Staff Departmental Paper 2021/011, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2022a. “The IMF Strategy for Fragile and Conflict-Affected States.” IMF Policy Paper 2022/004, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2022b. “The Role of Foreign Exchange Intervention in Sub-Saharan Africa’s Policy Toolkit.” Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Georgieva, Kristalina. 2022. “O apoio à produção de vacinas em África beneficiará o mundo.” IMFBlog (artigo), 12 de janeiro de 2022. <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2022/01/13/blog011322-support-for-africas-vaccine-production-is-good-for-the-world/>
- Gray, Simon. 2021. “Official and Parallel Exchange Rates—Recognizing Reality.” *IMF Special Series on COVID-19*, 23 de setembro de 2020, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Hooley, John, Mika Saito, Lam Nguyen e Shirin Nikaein Towfighian. 2021. “Fiscal Dominance in Sub-Saharan Africa Revisited.” IMF Working Paper 2021/017, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Jeanne, Olivier e Damiano Sandri. 2020. “Optimal Reserves in Financially Closed Economies.” *Journal of International Money and Finance* 104 (2):102178.
- Kiff, John, Jihad Alwazir, Sonja Davidovic, Aquiles Farias, Ashraf Khan, Tanai Khiaonrong, Majid Malaika, Hunter K Monroe, Nobu Sugimoto, Hervé Tourpe e Peter Zhou. 2020. “A Survey of Research on Retail Central Bank Digital Currency.” IMF Working Paper 20/104, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Lakner, Christoph, Daniel Gerszon Mahler, Mario Negre e Espen Beer Prydz. 2020. “How Much Does Reducing Inequality Matter for Global Poverty?” *Global Poverty Monitoring Technical Note 13*, Washington, DC: Banco Mundial.
- Mancini-Griffoli, Tommaso, Maria Soledad Martinez Peria, Itai Agur, Anil Ari, John Kiff, Adina Popescu e Céline Rochon. 2018. “Casting Light on Central Bank Digital Currencies.” IMF Staff Discussion Note 18/08, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- PricewaterhouseCoopers (PwC). 2021. “The Evolution of Money: Why Financial Institutions Should Start Paying Attention to CBDCs.” *Regulatory Brief (Maio)*, PricewaterhouseCoopers, New York.
- Razafimahefa, F. Ivohasina. 2012. “Exchange Rate Pass-through in Sub-Saharan African Economies and its Determinants.” IMF Working Paper 12/141, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Schanz, Jochen. 2019. “Foreign Exchange Reserves in Africa: Benefits, Costs, and Political Economy Considerations.” *BIS Papers 105*, Banco de Pagamentos Internacionais, Basileia, Suíça.

Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 8 de abril de 2022 e correspondem às projeções subjacentes à edição de abril de 2022 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subsariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Grupo de países

Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): países exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países não ricos em recursos naturais (ver na página 30 o quadro com os grupos de países).

Os países exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.

Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.

Os países não ricos em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.

Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países em situação frágil (ver na página 30 o quadro com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto *per capita* (média de três anos) e a pontuação no índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (média sobre três anos).

Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* superior a USD 1.045 no período 2018–20 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).

Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto *per capita* igual ou inferior a USD 1.045 no período 2018–20 (Banco Mundial, método Atlas).

Os países em situação frágil são aqueles com pontuação CPIA média igual ou inferior a 3,2 no período 2016–18 e/ou com a presença de uma missão de manutenção ou de restabelecimento da paz nos últimos três anos.

O quadro na página 30 mostra a participação dos países da África Subsariana nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: a zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

Métodos de agregação

Nos quadros AE1 e AE3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do *World Economic Outlook* (WEO).

No quadro AE1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela PPC e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados do WEO.

Nos quadros AE2–AE4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos (USD) às taxas de câmbio de mercado, e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países não ricos em recursos	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países em situação frágil
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Burquina Faso	Burundi
Camarões	Botsuana	Burundi	Angola	Burundi	Chade
Chade	Burquina Faso	Cabo Verde	Benim	Chade	Comores
Congo, República do Gabão	Congo, República Democrática do	Comores	Botsuana	Congo, República Democrática do	Congo, República Democrática do
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Cabo Verde	Eritreia	Congo, República do
Nigéria	Guiné	Eritreia	Camarões	Etiópia	Côte d'Ivoire
Sudão do Sul	Libéria	Essuatíni	Comores	Gâmbia	Eritreia
	Mali	Etiópia	Congo, República do	Guiné	Gâmbia
	Namíbia	Gâmbia	Côte d'Ivoire	Guiné-Bissau	Guiné
	Níger	Guiné-Bissau	Essuatíni	Libéria	Guiné-Bissau
	República Centro-Africana	Lesoto	Gabão	Madagáscar	Libéria
	Serra Leoa	Madagáscar	Gana	Maláui	Madagáscar
	Tanzânia	Maláui	Guiné Equatorial	Mali	Maláui
	Zâmbia	Maurícias	Lesoto	Moçambique	Mali
	Zimbabué	Moçambique	Maurícias	Níger	República Centro-Africana
		Quénia	Namíbia	República Centro-Africana	São Tomé e Príncipe
		Ruanda	Nigéria	Ruanda	Serra Leoa
		São Tomé e Príncipe	Quénia	Serra Leoa	Sudão do Sul
		Senegal	Senegal	Sudão do Sul	Togo
		Seicheles	São Tomé e Príncipe	Tanzânia	Zimbabué
		Togo	Senegal	Togo	
		Uganda	Seicheles	Uganda	
			Zâmbia	Zimbabué	

África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (*CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	*Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burquina Faso	Chade	Comores	*Quénia	Angola	Botsuana	Burquina Faso
Côte d'Ivoire	Congo, República do	Congo, República Democrática do	*Ruanda	Botsuana	Essuatíni	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Guiné Equatorial	Eritreia	*Sudão do Sul	Comores	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	Gabão	Essuatíni	*Tanzânia	Congo, República Democrática do	Namíbia	Gâmbia
Níger	República Centro-Africana	Etiópia	*Uganda	Essuatíni		Gana
Senegal		Madagáscar		Lesoto		Guiné
Togo		Maláui		Madagáscar		Guiné-Bissau
		Maurícias		Maláui		Libéria
		Quénia		Maurícias		Mali
		Ruanda		Moçambique		Níger
		Seicheles		Namíbia		Nigéria
		Uganda		Seicheles		Senegal
		Zâmbia		Tanzânia		Serra Leoa
		Zimbabué		Zâmbia		Togo
				Zimbabué		

Lista de abreviaturas dos países da África Subariana

AGO	Angola	CPV	Cabo Verde	LSO	Lesoto	SLE	Serra Leoa
BDI	Burundi	ERI	Eritreia	MDG	Madagáscar	SSD	Sudão do Sul
BEN	Benim	ETH	Etiópia	MLI	Mali	STP	São Tomé e Príncipe
BFA	Burquina Faso	GAB	Gabão	MOZ	Moçambique	SWZ	Essuatíni
BWA	Botsuana	GHA	Gana	MUS	Maurícias	SYC	Seicheles
CAF	República Centro-Africana	GIN	Guiné	MWI	Maláui	TCD	Chade
CIV	Côte d'Ivoire	GMB	Gâmbia	NAM	Namíbia	TGO	Togo
CMR	Camarões	GNB	Guiné-Bissau	NER	Níger	TZA	Tanzânia
COD	Congo, República Democrática do	GNQ	Guiné Equatorial	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
COG	Congo, República do	KEN	Quênia	RWA	Ruanda	ZAF	África do Sul
COM	Comores	LBR	Libéria	SEN	Senegal	ZMB	Zâmbia
						ZWE	Zimbabué

Quadros do apêndice estatístico

AE1.	Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média	32
AE2.	Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública	33
AE3.	Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos	34
AE4.	Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas	35

Lista de fontes e notas de rodapé dos quadros do apêndice estatístico

Quadros AE1., AE2., AE3.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2022.

¹ Dados do exercício orçamental.

² As projeções para 2022–23 relativas à dívida pública da Zâmbia são omitidas devido às negociações em curso para a reestruturação da dívida.

³ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real, na sigla inglesa), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AE4.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão; e FMI, base de dados do *World Economic Outlook*, abril de 2022.

¹ Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

² Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Centra (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

³ Dados do exercício orçamental.

⁴ As projeções para 2022–23 relativas à dívida pública da Zâmbia são omitidas devido às negociações em curso para a reestruturação da dívida.

⁵ Em 2019, as autoridades do Zimbabué introduziram o dólar RTGS (sistema de liquidação por bruto em tempo real, na sigla inglesa), posteriormente rebatizado de dólar do Zimbabué, e estão em vias de redenominar as suas estatísticas das contas nacionais. Os dados atuais estão sujeitos a revisão. O dólar do Zimbabué havia deixado de circular em 2009 e, entre 2009 e 2019, o país operava no âmbito de um regime de moedas múltiplas, tendo como unidade de conta o dólar dos Estados Unidos.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Quadro AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	PIB real						Preços no consumidor, média anual					
	(Variação percentual anual)						(Variação percentual anual)					
	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023
África do Sul	1,9	0,1	-6,4	4,9	1,9	1,4	5,3	4,1	3,3	4,5	5,7	4,6
Angola	2,5	-0,7	-5,6	0,7	3,0	3,3	16,0	17,1	22,3	25,8	23,9	13,2
Benim	4,5	6,9	3,8	6,6	5,9	6,1	1,5	-0,9	3,0	1,7	4,6	1,8
Botsuana	4,9	3,0	-8,7	12,5	4,3	4,2	5,1	2,7	1,9	6,7	8,9	4,5
Burquina Faso	6,1	5,7	1,9	6,9	4,7	5,0	1,3	-3,2	1,9	3,9	6,0	2,0
Burundi	2,3	1,8	0,3	2,4	3,6	4,6	6,1	-0,7	7,3	8,3	9,2	6,5
Cabo Verde	2,4	5,7	-14,8	6,9	5,2	5,8	1,2	1,1	0,6	1,9	2,3	2,0
Camarões	4,4	3,5	0,5	3,5	4,3	4,9	1,8	2,5	2,5	2,3	2,9	2,3
Chade	3,5	3,4	-2,2	-1,1	3,3	3,5	1,7	-1,0	4,5	-0,8	4,1	3,1
Comores	3,4	1,8	-0,3	2,2	3,5	3,7	1,8	3,7	0,8	1,5	5,0	1,5
Congo, República Democrática do	6,4	4,4	1,7	5,7	6,4	6,9	12,3	4,7	11,4	9,0	6,4	6,1
Congo, República do	0,5	-0,4	-8,1	-0,2	2,4	2,7	2,3	0,4	1,4	2,0	2,7	3,0
Côte d'Ivoire	6,3	6,2	2,0	6,5	6,0	6,7	1,6	0,8	2,4	4,2	5,5	2,3
Eritreia	5,4	3,8	-0,6	2,9	4,7	3,6	3,6	-16,4	4,8	4,5	6,2	3,5
Essuatíni	2,7	2,6	-1,9	3,1	2,1	1,8	6,1	2,6	3,9	3,7	4,8	4,2
Etiópia ¹	9,7	9,0	6,1	6,3	3,8	5,7	13,5	15,8	20,4	26,8	34,5	30,5
Gabão	4,0	3,9	-1,9	0,9	2,7	3,4	2,2	2,0	1,3	1,1	2,9	2,6
Gâmbia	2,5	6,2	-0,2	5,6	5,6	6,2	6,1	7,1	5,9	7,4	8,0	8,0
Gana	6,7	6,5	0,4	4,2	5,2	5,1	11,7	7,1	9,9	10,0	16,3	13,0
Guiné	6,1	5,6	6,4	4,2	4,8	5,8	12,1	9,5	10,6	12,6	12,7	12,3
Guiné Equatorial	-3,1	-6,0	-4,9	-3,5	6,1	-2,9	2,9	1,2	4,8	-0,1	4,0	3,9
Guiné-Bissau	4,0	4,5	1,5	3,8	3,8	4,5	1,4	0,3	1,5	3,3	4,0	3,0
Lesoto	2,4	0,0	-6,0	2,1	3,1	1,6	4,9	5,2	5,0	6,0	6,1	5,6
Libéria	3,8	-2,5	-3,0	4,2	4,5	5,5	10,3	27,0	17,0	7,8	8,2	6,9
Madagáscar	2,8	4,4	-7,1	3,5	5,1	5,2	7,4	5,6	4,2	5,8	8,8	6,8
Maláui	4,2	5,4	0,9	2,2	2,7	4,3	17,0	9,4	8,6	9,3	10,7	7,1
Mali	4,4	4,8	-1,2	3,1	2,0	5,3	1,5	-2,9	0,5	4,0	8,0	3,0
Maurícias	3,8	3,0	-14,9	3,9	6,1	5,6	3,3	0,5	2,5	4,0	8,4	5,7
Moçambique	5,9	2,3	-1,2	2,2	3,8	5,0	8,1	2,8	3,1	5,7	8,5	7,7
Namíbia	3,6	-0,9	-8,5	0,9	2,8	3,7	5,3	3,7	2,2	3,6	5,5	4,6
Níger	6,2	5,9	3,6	1,3	6,9	7,2	1,1	-2,5	2,9	3,8	5,0	3,0
Nigéria	4,0	2,2	-1,8	3,6	3,4	3,1	11,8	11,4	13,2	17,0	16,1	13,1
Quênia	5,0	5,0	-0,3	7,2	5,7	5,3	7,3	5,2	5,3	6,1	7,2	7,1
República Centro-Africana	-0,6	3,0	1,0	1,0	3,5	3,7	4,7	2,8	0,9	4,3	4,0	3,6
Ruanda	6,9	9,5	-3,4	10,2	6,4	7,4	3,9	2,4	7,7	0,8	8,0	7,0
São Tomé e Príncipe	4,5	2,2	3,0	1,8	1,6	2,8	8,7	7,7	9,8	8,1	14,5	9,2
Seicheles	5,1	3,1	-7,7	8,0	4,6	5,6	2,5	1,8	1,2	9,8	5,6	1,6
Senegal	4,9	4,6	1,3	6,1	5,0	9,2	1,0	1,0	2,5	2,2	3,0	2,2
Serra Leoa	5,0	5,3	-2,0	3,2	3,4	4,3	9,2	14,8	13,4	11,9	17,3	14,5
Sudão do Sul	-5,9	0,9	-6,6	5,3	6,5	5,6	107,2	51,2	24,0	5,3	16,0	15,0
Tanzânia	6,6	7,0	4,8	4,9	4,8	5,2	7,7	3,4	3,3	3,7	4,4	5,4
Togo	5,7	5,5	1,8	5,1	5,6	6,2	1,3	0,7	1,8	4,3	4,6	2,0
Uganda	5,3	7,7	-1,4	5,1	4,9	6,5	7,1	2,3	2,8	2,2	6,1	4,1
Zâmbia	5,3	1,4	-2,8	4,3	3,1	3,6	8,9	9,2	15,7	20,5	15,7	9,2
Zimbabué ²	7,4	-6,1	-5,3	6,3	3,5	3,0	2,1	255,3	557,2	98,5	86,7	46,5
África Subsariana	4,2	3,1	-1,7	4,5	3,8	4,0	8,3	8,1	10,2	11,0	12,2	9,6
Mediana	4,6	3,8	-1,2	3,9	4,3	5,0	4,6	2,8	3,9	4,5	6,2	4,6
Excl. a África do Sul e a Nigéria	5,2	4,6	0,0	4,8	4,6	5,2	7,9	8,1	11,2	10,6	12,6	9,7
Países exportadores de petróleo	3,5	1,7	-2,3	2,9	3,5	3,2	11,4	11,0	13,0	15,8	15,3	11,6
Excl. a Nigéria	2,4	0,6	-3,7	1,1	3,6	3,4	10,3	10,2	12,4	12,8	13,2	8,0
Países importadores de petróleo	4,5	3,9	-1,3	5,4	4,0	4,5	6,5	6,5	8,7	8,5	10,5	8,5
Excl. a África do Sul	6,0	5,6	0,9	5,5	4,9	5,6	7,3	7,6	11,0	10,2	12,5	10,0
Países de rendimento médio	3,6	2,1	-3,0	4,3	3,6	3,4	8,3	7,3	8,5	10,5	11,1	8,5
Excl. a África do Sul e a Nigéria	4,4	3,4	-1,7	4,5	4,7	4,9	7,4	6,0	7,9	9,0	10,3	7,1
Países de baixo rendimento	6,2	6,0	2,0	5,0	4,6	5,6	8,5	10,6	15,0	12,4	15,3	12,6
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	6,9	7,3	2,8	5,4	4,6	5,7	8,3	7,1	9,5	11,8	16,0	14,0
Países em situação frágil	5,1	3,9	0,4	4,6	4,8	5,7	6,7	12,6	19,0	10,4	11,0	7,2
Zona do franco CFA	4,4	4,4	0,6	4,2	4,8	5,6	1,7	0,2	2,4	2,8	4,5	2,4
CEMAC	2,6	2,0	-1,6	1,4	3,9	3,4	2,2	1,6	2,7	1,5	3,2	2,7
UEMOA	5,6	5,7	1,8	5,6	5,3	6,7	1,4	-0,6	2,2	3,5	5,3	2,3
COMESA (membros da ASS)	6,2	5,7	0,5	5,9	4,8	5,5	8,8	12,2	17,3	14,6	17,0	13,9
CAO-5	5,6	6,3	0,9	6,2	5,3	5,6	7,2	3,9	4,4	4,4	6,2	6,0
CEDEAO	4,7	3,5	-0,6	4,2	4,1	4,3	9,6	8,2	10,2	12,7	13,3	10,3
SACU	2,1	0,2	-6,5	5,1	2,1	1,6	5,3	4,0	3,2	4,6	5,9	4,6
SADC	3,1	1,2	-4,4	4,4	3,1	3,0	7,5	8,6	10,8	9,5	9,9	7,0

Ver fontes e notas de rodapé na página 31.

Quadro AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (Em % do PIB)						Dívida pública (Em % do PIB)					
	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023
	África do Sul	-4,0	-4,7	-9,7	-6,4	-5,8	-6,1	42,2	56,3	69,4	69,1	70,2
Angola	-0,2	0,8	-1,9	2,8	3,1	1,6	51,3	113,6	136,8	86,3	57,9	54,6
Benim	-2,4	-0,5	-4,7	-5,8	-4,5	-3,5	27,9	42,5	46,1	50,6	49,3	48,7
Botsuana	-0,9	-8,5	-11,0	-4,7	-3,1	1,0	18,0	16,5	19,0	21,3	23,2	22,9
Burquina Faso	-3,4	-3,4	-5,7	-5,6	-6,1	-5,0	29,6	42,0	46,5	50,7	53,4	53,1
Burundi	-4,8	-6,4	-6,6	-3,9	-7,4	-7,5	43,6	60,0	66,0	68,6	69,2	69,6
Cabo Verde	-6,5	-1,8	-9,1	-8,5	-7,1	-5,1	107,6	124,9	158,8	154,1	159,2	152,7
Camarões	-3,3	-3,2	-3,2	-3,2	-1,2	0,7	24,5	41,6	44,9	47,1	45,2	41,0
Chade	-1,3	-0,2	2,1	-0,8	5,9	8,3	38,7	51,1	52,1	58,2	46,5	39,8
Comores	1,4	-4,3	-0,5	-2,4	-5,6	-5,3	18,9	19,5	22,3	25,2	30,4	34,5
Congo, República Democrática do	0,2	-2,0	-1,4	-0,0	-3,3	-2,4	20,4	15,0	15,6	12,7	10,6	8,7
Congo, República do	-0,9	4,7	-1,2	2,0	11,3	7,7	57,9	81,7	110,1	85,8	64,0	62,4
Côte d'Ivoire	-2,3	-2,3	-5,6	-5,6	-4,7	-3,8	33,5	38,4	47,0	51,4	51,8	51,4
Eritreia	-4,9	0,6	-4,4	-4,0	-1,0	0,1	174,9	187,1	182,2	170,8	151,9	140,1
Essuatíni	-4,8	-7,0	-5,4	-5,7	-5,8	-2,6	19,6	39,6	42,1	42,8	45,6	44,3
Etiópia ¹	-2,1	-2,5	-2,8	-2,8	-4,0	-3,3	47,5	54,7	53,7	52,9	48,3	42,7
Gabão	0,6	2,1	-2,2	-1,5	1,6	3,5	40,2	59,8	77,3	69,5	57,4	57,2
Gâmbia	-4,4	-2,5	-2,2	-4,4	-4,4	-2,3	65,8	83,0	85,0	83,0	80,4	75,5
Gana	-6,6	-7,3	-15,6	-11,6	-8,7	-7,8	47,0	62,7	78,3	81,8	84,6	84,8
Guiné	-3,4	-0,5	-2,9	-1,5	-4,4	-4,2	43,5	38,4	44,0	39,3	39,1	37,5
Guiné Equatorial	-5,7	1,8	-1,7	1,7	3,5	4,4	21,2	43,0	48,8	39,9	27,8	30,4
Guiné-Bissau	-2,5	-4,0	-10,0	-5,9	-4,1	-4,0	53,7	66,5	79,4	80,7	79,7	77,7
Lesoto	-2,8	-7,5	0,3	-6,9	-7,8	-6,1	40,9	50,5	54,2	54,7	52,5	50,3
Libéria	-3,2	-4,8	-3,8	-2,9	-2,9	-2,7	26,2	48,9	58,3	52,9	51,6	51,6
Madagáscar	-2,0	-1,4	-4,0	-6,3	-6,3	-4,1	36,9	38,5	49,0	53,4	57,9	56,7
Maláui	-3,2	-4,5	-8,2	-8,5	-7,8	-7,5	32,6	45,3	54,8	63,5	66,9	71,2
Mali	-2,8	-1,7	-5,4	-4,9	-4,5	-3,5	29,8	40,7	47,3	52,1	53,4	52,1
Maurícias	-2,7	-8,4	-10,9	-7,2	-4,9	-5,2	60,5	84,6	99,2	100,7	98,9	96,1
Moçambique	-4,8	-0,1	-5,1	-3,6	-3,0	-3,8	70,7	96,1	119,0	102,3	102,0	94,8
Namíbia	-6,0	-5,5	-8,2	-8,9	-7,8	-5,0	33,8	59,5	66,7	70,2	69,6	68,2
Níger	-3,4	-3,6	-5,3	-5,9	-5,4	-4,2	25,1	39,8	45,0	52,9	53,8	53,1
Nigéria	-3,0	-4,7	-5,7	-6,0	-6,4	-5,9	19,7	29,2	34,5	37,0	37,4	38,8
Quênia	-5,8	-7,4	-8,1	-8,1	-6,9	-5,3	44,2	58,6	67,6	68,1	70,3	69,4
República Centro-Africana	-1,6	1,4	-3,4	-6,0	-2,5	-2,0	44,3	47,2	43,4	47,6	46,3	44,7
Ruanda	-2,1	-5,1	-9,4	-6,9	-6,8	-6,3	29,6	49,8	64,6	68,6	72,0	73,6
São Tomé e Príncipe	-6,0	-0,1	5,9	0,9	1,2	0,4	82,2	71,6	81,4	61,3	63,1	60,0
Seicheles	1,4	0,9	-17,4	-5,8	-6,7	-0,8	70,1	54,2	89,1	72,5	76,7	73,0
Senegal	-3,9	-3,9	-6,4	-6,3	-4,7	-3,7	43,3	63,6	69,2	75,7	75,3	71,3
Serra Leoa	-5,3	-3,1	-5,8	-6,9	-3,9	-3,2	48,6	72,4	76,3	76,2	75,0	73,1
Sudão do Sul	-7,0	0,1	6,7	10,0	8,9	3,9	41,8	28,1	37,2	58,2	50,5	21,2
Tanzânia	-3,0	-2,0	-2,5	-3,3	-3,3	-3,0	35,0	39,0	40,5	40,8	39,8	38,9
Togo	-4,2	1,6	-6,9	-6,5	-4,9	-4,0	46,8	52,4	60,3	63,8	63,6	62,3
Uganda	-3,0	-4,8	-7,5	-7,8	-5,6	-4,1	25,6	37,6	46,4	51,6	53,1	52,4
Zâmbia ²	-5,6	-9,4	-13,8	-8,7	-9,0	-6,8	44,7	99,7	140,2	123,2
Zimbabué ³	-3,3	-1,0	0,8	-2,0	-2,6	-2,7	47,7	93,2	102,6	67,6	67,2	61,7
África Subsariana	-3,2	-3,9	-6,4	-5,3	-4,7	-4,2	35,0	50,0	57,4	56,9	55,1	54,3
<i>Mediana</i>	-3,2	-2,5	-5,3	-5,6	-4,5	-3,7	39,0	51,1	58,3	61,3	57,9	56,7
Excl. a África do Sul e a Nigéria	-3,0	-3,2	-5,5	-4,5	-3,4	-2,7	39,9	57,5	63,9	60,6	57,3	54,7
Países exportadores de petróleo	-2,5	-3,3	-4,6	-4,1	-3,4	-3,3	27,2	43,8	48,5	46,3	42,5	42,0
Excl. a Nigéria	-1,5	0,3	-1,6	0,7	3,0	2,6	42,8	79,9	88,2	68,9	53,1	49,2
Países importadores de petróleo	-3,8	-4,3	-7,3	-5,9	-5,4	-4,8	40,5	53,5	62,2	62,2	62,3	61,7
Excl. a África do Sul	-3,6	-4,1	-6,3	-5,6	-5,2	-4,2	39,3	52,0	59,0	58,7	58,5	56,2
Países de rendimento médio	-3,4	-4,4	-7,4	-5,9	-4,9	-4,6	34,4	50,9	59,5	59,1	57,1	57,3
Excl. a África do Sul e a Nigéria	-3,2	-4,0	-7,3	-5,3	-3,1	-2,4	41,5	65,9	75,2	69,5	64,4	62,7
Países de baixo rendimento	-2,7	-2,3	-3,4	-3,5	-3,8	-3,1	37,7	47,2	51,4	50,3	48,7	45,3
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	-2,9	-2,7	-4,1	-4,4	-4,4	-3,7	38,7	48,8	52,6	53,4	52,3	49,5
Países em situação frágil	-2,2	-1,4	-3,1	-2,9	-2,6	-2,1	37,0	45,4	51,9	49,3	46,8	43,4
Zona do franco CFA	-2,6	-1,5	-4,4	-4,1	-2,0	-1,2	33,1	47,2	54,0	56,2	53,2	51,8
CEMAC	-2,4	-0,1	-2,0	-1,4	2,5	3,4	33,3	51,7	59,2	56,4	47,9	45,5
UEMOA	-2,9	-2,4	-5,7	-5,7	-4,9	-3,9	33,6	44,4	51,1	56,1	56,5	55,4
COMESA (membros da ASS)	-3,3	-4,6	-5,5	-5,1	-5,3	-4,1	40,1	54,4	61,0	58,5	58,0	54,8
CAO-5	-4,2	-5,3	-6,4	-6,5	-5,6	-4,4	37,0	48,9	55,7	57,1	57,9	56,8
CEDEAO	-3,3	-4,3	-6,6	-6,4	-6,2	-5,5	25,6	36,7	43,8	47,2	46,9	47,2
SACU	-3,9	-4,9	-9,6	-6,4	-5,7	-5,8	40,8	54,6	69,8	66,9	68,0	70,8
SADC	-3,1	-3,7	-7,1	-4,6	-4,0	-4,0	42,0	61,1	71,2	64,8	62,1	62,0

Ver fontes e notas de rodapé na página 31.

Quadro AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato						Conta corrente externa, incl. donativos					
	(Em % do PIB)						(Em % do PIB)					
	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023
África do Sul	66,5	67,1	74,6	70,5	70,4	71,1	-3,4	-2,6	2,0	3,7	1,3	-1,0
Angola	34,8	33,1	37,7	24,5	22,7	22,3	3,3	6,1	1,5	11,3	11,0	4,9
Benim	27,8	27,8	30,5	30,5	30,5	30,5	-5,0	-4,0	-1,7	-4,5	-5,8	-5,5
Botsuana	45,0	47,2	52,5	50,6	49,8	49,7	2,1	-7,0	-10,8	-0,5	0,5	2,8
Burquina Faso	30,5	40,7	45,0	48,7	51,8	54,5	-4,9	-3,3	-0,1	-3,1	-5,7	-5,3
Burundi	25,7	39,6	46,3	50,9	52,7	54,4	-14,1	-11,6	-10,2	-13,5	-18,6	-15,7
Cabo Verde	92,4	102,0	125,3	116,2	112,7	109,2	-8,4	-0,4	-15,9	-12,5	-11,5	-8,6
Camarões	21,3	24,0	26,6	29,3	31,2	32,1	-3,2	-4,3	-3,7	-3,3	-1,6	-2,9
Chade	13,9	17,0	20,8	22,3	21,7	21,2	-8,1	-4,4	-7,6	-4,5	1,3	-2,3
Comores	24,2	28,1	31,2	36,5	36,5	36,5	-2,7	-3,3	-1,6	-3,4	-8,3	-8,2
Congo, República Democrática do	11,4	15,1	20,2	22,1	26,2	30,6	-5,4	-3,2	-2,2	-1,0	-0,3	-0,3
Congo, República do	27,2	24,4	36,4	31,8	28,8	32,2	-5,4	0,4	-0,1	15,4	26,0	14,7
Côte d'Ivoire	11,0	11,7	13,8	15,5	13,6	13,2	0,1	-2,3	-3,2	-3,7	-4,8	-4,4
Eritreia	199,0	241,5	235,3	226,6	211,5	202,6	12,1	13,0	11,4	13,5	13,5	13,3
Essuatíni	26,5	28,3	32,4	30,7	33,9	33,9	4,6	4,3	6,7	0,5	-2,1	-0,2
Etiópia ¹	28,5	33,0	30,8	31,1	26,5	24,2	-7,0	-5,3	-4,6	-3,2	-4,5	-4,4
Gabão	23,3	23,3	27,9	24,6	22,4	26,1	4,9	-0,9	-6,0	-6,9	1,7	-0,1
Gâmbia	36,7	47,2	55,5	59,8	56,7	53,2	-8,0	-6,1	-3,2	-9,5	-14,9	-11,8
Gana	23,6	26,1	31,4	30,6	30,6	30,4	-6,1	-2,7	-3,1	-3,0	-3,6	-3,5
Guiné	24,3	24,5	25,6	23,6	23,8	23,8	-15,6	-11,5	-13,7	-4,0	-9,6	-8,5
Guiné Equatorial	15,2	16,0	17,3	14,3	11,9	7,3	-9,7	-0,9	-4,2	-3,4	-1,6	-2,0
Guiné-Bissau	36,7	43,4	47,1	48,8	46,7	45,2	-2,3	-8,8	-2,6	-3,1	-5,6	-4,8
Lesoto	34,6	35,4	41,8	40,6	39,1	38,4	-6,5	-2,1	-2,0	-9,3	-15,6	-8,9
Libéria	20,2	20,9	25,5	24,8	24,9	25,0	-17,8	-19,6	-16,3	-17,8	-16,1	-15,9
Madagáscar	23,0	24,8	28,7	31,1	32,3	31,8	-3,4	-2,3	-5,4	-5,5	-6,5	-6,2
Maláui	17,1	16,0	17,5	17,5	17,5	17,5	-9,3	-12,6	-13,8	-14,5	-17,3	-15,4
Mali	26,5	29,6	36,5	40,3	40,3	40,3	-5,6	-7,5	-2,3	-4,5	-5,3	-4,9
Maurícias	104,3	120,8	163,7	165,8	153,0	143,6	-6,5	-5,4	-12,5	-11,1	-14,0	-8,0
Moçambique	31,9	36,9	43,3	42,7	43,2	43,4	-30,7	-19,1	-27,6	-22,4	-44,9	-39,0
Namíbia	58,3	63,9	71,3	71,2	71,2	71,2	-8,3	-1,8	3,0	-7,3	-6,9	-4,4
Níger	17,1	17,1	19,2	21,3	23,2	23,8	-12,9	-12,2	-13,4	-15,8	-15,8	-13,8
Nigéria	22,1	23,9	25,0	24,9	25,3	26,2	1,9	-3,3	-4,0	-0,8	-1,1	-1,1
Quênia	36,9	34,4	37,1	35,2	34,3	33,8	-6,9	-5,3	-4,7	-5,4	-5,8	-5,3
República Centro-Africana	22,7	28,0	30,3	33,3	31,7	30,5	-7,6	-4,9	-8,5	-10,6	-11,0	-8,4
Ruanda	21,4	25,7	28,9	30,2	29,9	30,6	-9,9	-11,9	-11,9	-10,5	-11,4	-10,3
São Tomé e Príncipe	37,4	31,8	32,4	30,0	30,0	30,0	-16,8	-12,1	-10,3	-9,7	-12,1	-8,7
Seicheles	64,7	82,5	119,0	107,7	84,0	80,6	-19,1	-16,2	-23,0	-20,3	-30,0	-23,6
Senegal	33,2	41,5	45,3	48,2	50,5	50,0	-6,7	-7,9	-10,9	-11,8	-13,0	-8,4
Serra Leoa	22,0	23,2	29,5	31,7	31,4	31,1	-22,9	-14,3	-6,8	-13,0	-17,2	-13,7
Sudão do Sul	18,1	13,6	14,6	16,3	15,5	10,1	3,5	1,5	-15,6	-7,6	9,5	1,1
Tanzânia	22,6	20,4	21,3	21,5	21,5	21,4	-7,5	-2,6	-1,8	-3,3	-4,3	-3,6
Togo	36,2	42,0	45,4	46,9	47,1	47,2	-5,4	-0,8	-1,5	-3,3	-5,9	-6,4
Uganda	17,2	19,4	22,5	25,1	23,5	23,4	-5,7	-6,2	-9,3	-7,9	-7,0	-9,8
Zâmbia	20,1	23,6	31,3	35,4	34,8	34,2	1,1	0,6	12,0	6,7	4,4	4,3
Zimbabué ²	24,3	18,7	17,1	16,4	18,5	21,7	-9,9	4,0	4,7	3,6	2,5	1,5
África Subsariana	34,8	35,5	38,6	37,5	37,0	37,0	-2,5	-3,2	-3,0	-1,1	-1,7	-2,5
Mediana	25,8	28,0	31,3	31,1	31,4	31,8	-5,7	-4,0	-4,2	-4,5	-5,8	-5,3
Excl. a África do Sul e a Nigéria	27,8	29,5	32,7	32,0	31,1	30,9	-4,5	-3,5	-4,3	-3,2	-3,1	-3,6
Países exportadores de petróleo	23,7	24,9	26,9	24,9	24,9	25,7	1,4	-1,9	-3,6	0,4	1,7	0,0
Excl. a Nigéria	27,4	27,4	31,4	25,1	24,2	24,3	0,3	1,6	-2,5	3,5	7,4	2,7
Países importadores de petróleo	41,8	41,4	45,2	44,3	43,4	43,1	-5,2	-4,0	-2,6	-1,9	-3,6	-4,0
Excl. a África do Sul	27,9	30,0	33,0	33,5	32,6	32,3	-6,5	-4,7	-4,7	-4,7	-6,0	-5,4
Países de rendimento médio	37,8	38,4	42,2	40,2	39,8	40,0	-1,2	-2,6	-2,0	0,2	-0,2	-1,3
Excl. a África do Sul e a Nigéria	30,6	31,7	36,2	34,0	33,0	32,7	-2,0	-2,0	-3,1	-1,7	-0,5	-1,6
Países de baixo rendimento	24,2	27,0	28,8	29,8	29,1	28,9	-8,3	-5,4	-5,6	-4,9	-6,3	-6,1
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	24,3	27,3	28,4	29,4	27,8	27,1	-9,3	-6,1	-6,3	-6,1	-8,3	-7,9
Países em situação frágil	20,8	22,1	25,6	26,5	26,5	27,3	-5,1	-3,7	-4,0	-2,4	-2,1	-2,8
Zona do franco CFA	21,6	24,5	28,0	29,6	29,6	30,0	-3,7	-4,0	-4,5	-4,5	-3,3	-3,9
CEMAC	20,4	22,2	26,0	26,4	26,2	27,1	-3,6	-2,6	-4,3	-2,0	2,9	-0,0
UEMOA	22,4	25,7	29,1	31,3	31,3	31,5	-4,1	-4,9	-4,6	-6,1	-7,3	-6,2
COMESA (membros da ASS)	29,7	32,0	34,6	35,0	33,4	32,8	-5,9	-4,4	-4,1	-3,7	-4,3	-4,2
CAO-5	27,3	27,0	29,3	29,2	28,5	28,3	-7,1	-5,1	-5,1	-5,6	-6,0	-6,0
CEDEAO	22,5	24,8	27,0	27,3	27,6	28,2	-0,5	-3,9	-4,3	-2,6	-3,2	-2,8
SACU	64,8	65,6	72,9	68,9	68,8	69,5	-3,3	-2,7	1,5	3,1	0,9	-1,0
SADC	50,0	49,4	55,0	51,6	51,3	51,5	-3,3	-1,9	-0,1	1,9	0,4	-1,3

Ver fontes e notas de rodapé na página 31.

Quadro AE4. Dívida externa, dívida oficial, por devedor e reservas

	Dívida externa, dívida oficial, por devedor						Reservas					
	<i>(Em % do PIB)</i>						<i>(Em meses de importações de bens e serviços)</i>					
	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023	2010-18	2019	2020	2021	2022	2023
África do Sul	13,7	20,2	23,6	18,7	19,6	20,1	5,4	8,4	6,4	5,1	4,7	4,3
Angola	29,2	59,5	89,1	72,7	44,8	43,6	8,3	13,6	10,2	6,2	6,6	6,6
Benim ¹	14,2	25,1	30,3	36,2	36,6	35,6
Botsuana	15,8	11,8	11,8	9,8	11,3	11,0	11,6	10,0	6,5	6,2	6,3	7,1
Burquina Faso ¹	21,1	23,2	25,4	23,6	23,2	22,1
Burundi	20,0	18,0	17,5	20,0	19,6	18,4	2,8	1,3	1,0	2,1	1,6	1,2
Cabo Verde	81,3	107,3	142,8	124,6	135,6	129,5	5,1	8,9	6,9	7,4	6,4	5,7
Camarões ²	16,1	29,2	32,5	32,3	33,7	32,7
Chade ²	24,1	24,2	27,3	26,2	23,2	21,6
Comores	17,7	19,6	24,1	23,3	29,8	33,9	7,0	7,0	8,0	8,2	7,1	6,8
Congo, República Democrática do	15,7	12,8	12,9	11,3	9,4	7,7	1,1	0,8	0,6	0,8	1,1	1,4
Congo, República do ²	23,8	31,0	34,2	29,3	25,0	26,2
Côte d'Ivoire ¹	24,4	30,0	34,1	33,1	33,8	32,7
Eritreia	63,4	61,7	58,1	53,7	47,6	44,0	3,7	2,5	2,2	2,2	2,8	3,4
Essuatíni	8,2	12,7	15,3	15,9	18,0	18,3	3,8	3,2	3,1	3,0	3,0	3,0
Etiópia ³	24,5	28,2	28,8	29,0	27,0	24,3	2,0	2,2	2,0	1,6	0,8	0,8
Gabão ²	27,4	38,9	49,0	38,1	33,7	34,8
Gâmbia	35,1	46,4	48,9	46,5	45,1	43,5	3,7	4,0	5,1	5,8	4,7	4,3
Gana	23,6	29,6	36,0	36,0	36,9	34,6	2,7	3,2	3,2	3,1	2,7	2,3
Guiné	26,8	19,7	25,1	26,0	26,6	27,8	2,2	1,5	2,0	2,2	1,8	2,1
Guiné Equatorial ²	8,1	13,9	16,4	12,0	9,7	12,0
Guiné-Bissau ¹	29,4	37,8	44,9	40,1	41,7	38,9
Lesoto	34,9	38,8	48,2	42,5	43,9	45,2	4,8	3,9	4,3	4,3	3,9	3,4
Libéria	15,3	35,2	40,9	37,6	37,8	37,5	2,1	2,2	2,1	4,0	4,0	4,1
Madagáscar	23,2	26,9	36,4	40,1	43,3	45,0	3,1	5,3	4,9	5,2	5,0	4,8
Maláui	17,3	28,0	31,8	31,7	37,0	39,3	2,3	3,1	2,0	0,5	0,3	0,7
Mali ¹	22,2	26,5	31,8	29,3	28,8	26,8
Maurícias	13,7	10,9	21,1	22,4	30,1	28,5	6,9	16,9	15,0	14,7	11,4	10,0
Moçambique	58,8	80,8	91,6	82,1	76,1	76,2	3,2	5,3	4,6	2,5	2,3	2,2
Namíbia	10,8	20,3	23,9	17,7	17,5	16,0	3,2	5,4	4,2	5,1	4,1	4,3
Níger ¹	17,0	25,4	33,0	33,0	34,4	33,0
Nigéria	3,1	6,7	8,0	9,1	8,8	8,7	5,9	6,3	6,6	5,9	6,5	7,0
Quênia	22,2	30,5	32,8	33,3	35,0	36,4	4,3	6,1	4,5	4,4	3,9	4,2
República Centro-Africana ²	26,1	35,8	36,3	32,8	32,9	30,8
Ruanda	24,7	43,2	53,9	55,8	59,3	60,9	3,7	4,6	5,4	4,6	4,0	3,7
São Tomé e Príncipe	76,6	65,4	64,9	61,3	63,1	60,0	3,8	3,3	5,0	4,4	5,2	5,1
Seicheles	37,9	26,3	40,7	39,3	36,4	40,0	3,4	5,7	4,6	4,6	3,8	3,6
Senegal ¹	30,1	47,4	48,9	45,8	45,9	42,3
Serra Leoa	30,4	41,4	48,3	47,9	48,3	48,0	2,9	4,5	4,6	5,4	4,3	4,0
Sudão do Sul	1,8	0,4	0,1	0,5	1,0	0,8
Tanzânia	24,9	28,1	28,9	28,5	26,7	25,0	4,6	5,8	5,6	4,9	4,6	4,3
Togo ¹	12,8	17,6	28,7	25,8	28,0	27,4
Uganda	15,6	25,3	31,5	32,9	33,8	34,0	4,6	3,7	4,4	4,0	3,8	3,6
Zâmbia ⁴	21,8	48,7	66,6	57,6	2,8	2,6	1,2	2,6	2,8	3,5
Zimbabué ⁵	33,6	31,2	30,8	21,8	19,5	20,4	0,5	0,3	0,1	1,2	0,8	0,8
África Subsariana	15,4	22,9	26,6	25,1	24,0	23,4	4,9	6,0	5,1	4,5	4,5	4,6
<i>Mediana</i>	22,3	28,2	32,6	32,9	33,8	33,4	3,7	4,0	4,5	4,4	3,9	3,7
Excl. a África do Sul e a Nigéria	23,3	32,0	36,7	34,7	32,6	31,7	4,2	4,9	3,9	3,6	3,5	3,6
Países exportadores de petróleo	9,9	17,1	20,0	20,2	17,7	17,1	6,0	6,9	6,4	5,4	6,0	6,5
Excl. a Nigéria	24,6	43,5	55,5	47,9	36,7	36,4	6,3	8,3	5,9	4,3	5,2	5,6
Países importadores de petróleo	19,2	26,2	30,1	27,5	27,6	27,1	4,2	5,6	4,4	4,0	3,6	3,5
Excl. a África do Sul	23,0	29,3	33,0	31,9	31,5	30,5	3,4	4,0	3,5	3,4	3,1	3,1
Países de rendimento médio	13,4	21,4	25,1	23,6	22,5	22,1	5,5	7,0	5,8	5,1	5,2	5,4
Excl. a África do Sul e a Nigéria	22,9	35,2	41,8	39,1	35,9	35,3	5,2	6,4	4,8	4,4	4,5	4,7
Países de baixo rendimento	24,0	28,0	30,8	29,6	28,5	27,4	2,7	3,0	2,9	2,7	2,3	2,3
Excl. países de baixo rendimento em situação frágil	25,0	31,1	34,1	34,1	33,2	31,7	3,4	3,9	3,7	3,4	2,9	2,7
Países em situação frágil	23,0	25,3	28,3	25,9	25,0	24,3	2,5	2,1	2,0	2,2	2,4	2,5
Zona do franco CFA	20,8	29,7	34,1	32,2	31,8	31,0	4,7	4,8	4,7	4,7	4,7	4,8
CEMAC	19,1	28,9	33,2	29,8	27,9	28,3	4,2	3,6	3,2	2,7	3,6	4,4
UEMOA	22,4	30,2	34,6	33,7	34,2	32,6	5,0	5,6	5,5	5,8	5,3	5,0
COMESA (membros da ASS)	21,4	27,6	30,8	29,9	29,2	28,6	3,1	3,9	3,1	3,0	2,6	2,7
CAO-5	21,8	29,4	32,2	32,7	33,2	33,3	4,4	5,5	4,8	4,5	4,1	4,1
CEDEAO	9,3	15,1	18,2	19,2	18,4	17,6	5,0	5,3	5,3	4,9	5,3	5,6
SACU	13,7	19,9	23,1	18,4	19,3	19,7	5,5	8,3	6,3	5,1	4,7	4,4
SADC	18,8	27,4	32,5	27,3	25,7	25,5	5,4	7,7	5,8	4,7	4,4	4,3

Ver fontes e notas de rodapé na página 31.